

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (2010)
COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO – CEG

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores, atestando que: **a.** reviram o formulário de referência; **b.** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; **c.** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos;

Bruno Armbrust (diretor Presidente) e **Diego Fernando Grimaldos Franco** (Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores) declaram que: (i) reviram este Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na IN CVM nº 480/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. Auditores

2.1. Em relação aos auditores independentes, indicar:

a. nome empresarial

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

CNPJ: 998.676.997-34

Rua da Candelária nº 65, 12º/14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.091-020

b. nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato (telefone e e-mail)

Cláudia Eliza Medeiros de Miranda. CPF: 998.676.997-34.

Dados para contato: Tel (21) 3232-6112. E-mail: claudia.eliza@br.pwc.com

c. data de contratação dos serviços

20.04.2007

d. descrição dos serviços contratados

Serviços de auditoria (Exame e revisão de Demonstrações Financeiras e relatório de Informações Trimestrais)

e. eventual substituição do auditor, informando: (i) justificativa da substituição; (ii) eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria.

Não houve substituição do auditor independente, além do rodízio mandatário previsto pela CVM. Assim não houve razões apresentadas pelo auditor, não havendo que se falar em discordância quanto à substituição ocorrida em 2007, face à necessidade decorrente do rodízio.

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados

R\$ 319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais)

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito dos auditores independentes.

3. Informações financeiras selecionadas

3.1. Com base nas demonstrações financeiras ou, quando o emissor estiver obrigado a divulgar informações financeiras consolidadas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, elaborar tabela informando: **a.** patrimônio líquido; **b.** ativo total; **c.** receita líquida; **d.** resultado bruto; **e.** resultado líquido; **f.** número de ações, ex-tesouraria; **g.** valor patrimonial da ação; **h.** resultado líquido por ação; **i.** outras informações contábeis selecionadas pelo emissor

Demonstrações Financeiras	2009	2008	2007
Patrimônio líquido	650.116.932,05	530.948.819,19	459.795.153,60
Ativo total	1.962.620.723,09	1.906.186.064,69	1.649.457.883,50
Receita líquida	1.783.690.231,99	2.018.542.678,81	1.332.361.781,79
Resultado bruto	328.589.263,96	185.814.848,22	174.559.202,97
Resultado líquido	226.708.090,78	131.066.233,31	122.378.243,33
Número de ações, em tesouraria	Não há	Não há	Não há
Valor patrimonial da ação	12,5197	10,2248	8,8546
Resultado líquido por ação – lote de mil ações	4,3659	2,5240	2,3567

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: **a.** informar o valor das medições não contábeis; **b.** fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; **c.** explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Outras informações contábeis selecionadas pelo emissor Lajida	2009	2008	2007
Lajida (R\$ mil)	506.782.776,22	372.686.144,91	353.342.713,97
Lucro antes do resultado financeiro	401.530.746,53	274.233.155,39	268.472.052,64
Depreciação e amortização	97.562.280,88	90.954.588,96	84.870.661,33
Perdas e Recuperação de Créditos	7.689.748,81	7.498.400,56	Não mensurado

A Companhia entende que, por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões contábeis, a utilização do LAJIDA (EBITDA) como medição não contábil, oferece ao leitor das demonstrações uma boa fonte de comparação, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio.

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária, são constituídas reservas de capital e de lucros. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprova, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos anualmente.

- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

- 3.5. Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais: **a.** lucro líquido ajustado para fins de dividendos; **b.** dividendo distribuído, destacando juros sobre capital próprio, dividendo obrigatório e dividendo prioritário, fixo e mínimo; **c.** percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado; **d.** dividendo distribuído por classe e espécie de ações, destacando juros sobre capital próprio, dividendo obrigatório e dividendo prioritário, fixo e mínimo; **e.** data de pagamento do dividendo; **f.** taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor; **g.** lucro líquido retido; **h.** data da aprovação da retenção

Destinação de Resultados		2009	2008	2007
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos		215.372.686,24	124.512.921,63	116.259.331,16
Dividendo distribuído, destacando juros sobre capital próprio, dividendo obrigatório e dividendo prioritário, fixo e mínimo		JCP – 32.529.048,96 Divid. – 75.157.294,27	JCP – 28.737.197,10 Divid – 31.029.005,31	JCP – 25.067.470,34 Divid – 30.737.008,65
Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		50%	48%	48%
Dividendo distribuído por classe e espécie de ações, destacando juros sobre capital próprio, dividendo obrigatório e dividendo prioritário, fixo e mínimo	Dividendo	Ordinárias 75.157.294,27	Ordinárias 31.029.005,31	Ordinárias 30.737.008,65
	JCP	Ordinárias 32.529.048,96	Ordinárias 28.737.197,10	Ordinárias 25.067.470,34
Data de pagamento do dividendo		30/07/2010	31/07/2009	30/06/2008
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		0,38390403	0,26458069	0,28692947
Lucro líquido retido		11.335.404,54	6.553.311,68	6.118.912,17
Data da aprovação da retenção		28/12/2009	29/12/2008	13/12/2007

OBS: A Companhia possui apenas ações ordinárias, assim, não há Dividendos diferenciados por classes e espécies de ações ou prioritários e mínimos.

- 3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos 03 exercícios não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

- 3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor, indicando: a. montante total de dívida, de qualquer natureza; b. índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido); c. caso o emissor deseje, outro índice de endividamento, indicando: (i) o método utilizado para calcular o índice; (ii) o motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor;

Nível de endividamento da Companhia		2009
Montante total de dívida, de qualquer natureza		758.056.477,48
Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)		1,17
Caso o emissor deseje, outro índice de endividamento, indicando:	i. o método utilizado para calcular o índice	Dívida Financeira/(Dívida Financeira+Patrimônio líquido) = 54%
	ii. o motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor	Mostra qual a participação do capital de terceiros no financiamento total (capital próprio + capital de terceiros) da companhia

3.8. Em forma de tabela, separando por dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirográficas, indicar o montante de obrigações do emissor de acordo com o prazo de vencimento: **a.** inferior a 01 ano; **b.** superior a 01 ano e inferior a 03 anos; **c.** superior a 03 anos e inferior a 05 anos; **d.** superior a 05 anos:

Dívidas da Companhia	Prazo da Obrigação	Montante da obrigação
Dívidas com Garantia Real	a. inferior a 1 ano	n/a
	b. superior a 1 ano e inferior a 3 anos	n/a
	c. superior a 3 anos e inferior a 5 anos	n/a
	d. superior a 5 anos	n/a
Dívidas com Garantia Fluante	a. inferior a 1 ano	n/a
	b. superior a 1 ano e inferior a 3 anos	n/a
	c. superior a 3 anos e inferior a 5 anos	n/a
	d. superior a 5 anos	n/a
Dívidas Quirográficas	a. inferior a 1 ano	228.984.567,69
	b. superior a 1 ano e inferior a 3 anos	371.803.240,89
	c. superior a 3 anos e inferior a 5 anos	110.822.045,59
	d. superior a 5 anos	46.446.623,30

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia é concessionária do serviço público de distribuição de gás na região metropolitana do Rio de Janeiro, possuindo exclusividade para a distribuição do gás natural canalizado na sua área de concessão. No Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta), foram fixadas obrigações e assumidos determinados compromissos, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e prestar o serviço com qualidade e segurança.

Determinados serviços são prestados por meio do apóio de empresas terceirizadas, o que pode gerar passivos trabalhistas. Assim, a companhia adota diversas medidas para minimizar eventual risco decorrente de tais relações, que integram a sua Política de Redução de Passivos Trabalhistas, de acordo com a qual: (i) mantém um grupo de trabalho interno com as diretorias de Compras, Financeira, Recursos Humanos e Jurídica, para análise mensal das altas e baixas de processos e proposição de ações de melhoria; (ii) retenção de cauções contratuais das empresas terceirizadas para deduzir das provisões trabalhistas, liberando somente, com o compromisso de fazer acordos nos processos trabalhistas com seus empregados; (iii) realização de acordos nos processos de ex-empregados de empresas terceirizadas, quando a empresa deixa de trabalhar para a CEG e encerra suas atividades; (iv) contratação pela área de compras de empresa para auditoria permanente nas empresas terceirizadas, para verificação do cumprimento da legislação fiscal e trabalhista; (v) revisão de critérios de avaliação e seleção de empresas terceirizadas, buscando empresas sólidas e que tenham uma amplitude maior de atuação, não prestando serviços exclusivamente para a CEG.

Além do passivo judicial trabalhista, os demais passivos judiciais e administrativos também são acompanhados nos mesmos moldes e com objetivos acima descritos.

A Companhia mantém uma área de gestão fiscal que atua visando dentro dos limites tributários e visa aprimorar a capacidade de gestão das diferentes unidades de negócios, fornecendo orientação para a correta aplicação da legislação e desenvolvimento de oportunidades.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O grupo Gas Natural adquiriu o controle da Companhia no período da privatização assumindo determinados compromissos por meio do Contrato de Concessão de Prestação de Serviço de Distribuição de gás natural, estando sujeito ao prazo da concessão de 30 (trinta) anos, renováveis por mais 30 (trinta) e a outras obrigações, que, caso não sejam cumpridas podem resultar na perda da concessão, como por exemplo, a obrigação de expandir o fornecimento de gás canalizado aos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Trata-se de um sólido grupo espanhol que atua na área de energia, sendo o maior grupo de atuação no setor de gás natural na América Latina. Em 2009 passou por um processo de fusão com o grupo Union Fenosa, também espanhol, que atua no mercado de energia elétrica. Após a fusão, o grupo está presente em 23 países em todo mundo.

As ações da Gas Natural são negociadas no mercado espanhol e formam parte do índice Ibex 35 e em particular do índice Ibex Utilities. Assim, as ações do grupo estão sujeitas às variações do mercado espanhol.

c. a seus acionistas

A Companhia teve seu capital aberto, com a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM no período da privatização, em 1997, em atendimento às regras impostas pelo Edital de Desestatização. Naquela oportunidade, parte das ações foi oferecida ao grupo de controle e parte aos empregados da companhia à época.

Atualmente os maiores acionistas são o BNDESPAR, o Fundo de Investimentos em ações Dinâmica Energia – ambos investidores institucionais – e o grupo controlador Gás Natural, responsável pelo funcionamento operacional da companhia, não se verificando a pulverização do controle. A atual participação dos adquirentes das ações da companhia na qualidade de então empregados é parte do *free float* que corresponde a 0,24% do capital social.

Esta estrutura vem sendo mantida há cerca de dez (10) anos. Resultado desta configuração societária é um reduzido volume de negociação das ações da Companhia, se comparado com outras companhias do mesmo setor, cujas ações apresentam maior liquidez.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

e. a seus fornecedores

Em razão da própria natureza do negócio, a Companhia possui como única fornecedora a Petrobrás. Assim, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas à Estatal, bem como a eventuais limitações na produção de gás enfrentados pela estatal.

f. a seus clientes

A companhia possui uma carteira diversificada de clientes, distribuídos entre os segmentos industrial, comercial, veicular, residencial e geração de energia elétrica (térmico), minimizando assim eventuais riscos relacionados a impactos decorrentes de crises enfrentadas por determinado segmento.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Como acima descrito, parte da carteira de clientes é representada pelo segmento industrial, assim, a Companhia está sujeita à eventuais crises enfrentadas pelo setor, como a que ocorreu ao final de 2008 e se estendeu pelo ano de 2009, atingindo a economia mundial, com reflexos no setor produtivo no país.

Além disso, a Companhia está sujeita às políticas públicas relacionadas ao setor de energia. A exemplo podemos citar os leilões de gás realizados pela Petrobras durante o ano de 2009, que resultou na queda do preço do gás para os segmentos não térmicos (sobretudo industrial e comercial), bem como, eventuais consequências de determinações do Órgão Nacional do Sistema – ONS, que afetam a necessidade de acionamento das térmicas, resultando num aumento do volume de consumo de gás natural pelo setor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita à regulação por parte da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e aos órgãos de fiscalização e regulamentação e à legislação ambientais.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não atua em países estrangeiros.

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Do ponto de vista das relações laborais, o conjunto de ações que têm sido implementadas pela Companhia, desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3% em 2009 comparado com 2010 e está prevista uma redução de 10% em 2010 comparado com 2009, o que representa a preocupação da companhia com o objetivo de reduzir o passivo trabalhista.

Do ponto de vista dos passivos judiciais, a Companhia mantém Políticas de Redução dos Passivos, inclusive com busca pela realização de acordos, cujo objetivo é a redução do passivo para 15% das previsões de condenação, observando-se a realização de acordos em média em 35% dos casos nos últimos três anos.

Do ponto de vista da regulamentação do setor e submissão às normas regulatórias, a Companhia mantém setores especificamente voltados para análise e cumprimentos das normas e ao atendimento à fiscalização (regulatórios e ambientais), visando o cumprimento de todas as obrigações e compromissos assumidos no Contrato de Concessão.

Do ponto de vista dos segmentos de mercados, a Companhia busca diversificar o atendimento aos diversos setores, evitando a concentração num determinado segmento, inclusive por meio de investimentos na expansão de redes de distribuição (tubulações).

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: **a.** juízo; **b.** instância; **c.** data de instauração; **d.** partes no processo; **e.** valores, bens ou direitos envolvidos; **f.** principais fatos; **g.** se a chance de perda é (i) provável; (ii) possível, (iii) remota; **h.** análise do impacto em caso de perda do processo; **i.** valor provisionado, se houver provisiono.

Não há ações trabalhistas a serem apontadas.

Fatores de Risco - Ações judiciais da Área Fiscal de maior relevância e que não estão sob sigilo

Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG (2)	Fazenda	28ª Vara Federal	08/10/2007	247.423.711,54	Anular débitos	Remota	Pagamento	Não há
Fazenda	CEG (2)	7ª Vara de Execução Fiscal	20/07/2006	46.694.921,43	Execução Fiscal	Remota	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/10/2002	15.435,31	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	23/06/2008	1.665.815,59	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.266.067,48	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG (2)	Fazenda	Administrativo	05/02/2010	2.268.500,00	Compensação	Remota	Pagamento	Não há
CEG	INSS	2ª Vara Federal	29/07/2005	9.845.076,20	Anular débitos	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	Administrativo	14/12/2001	24.387.252,43	Compensação	Possível	Pagamento	Não há
CEG	Fazenda	7ª Vara Federal	10/09/2001	11.487.678,50	Anular débitos	Possível / Remota	Pagamento	4.000.000,00

Fatores de Risco - Ações judiciais Cíveis de maior relevância e que não estão sob sigilo

Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
CEG	AGENERSA	1ª VFP	24/06/2004	s/valor definido (obrigação de fazer)	Compelir a AGENERSA, no prazo de 60 dias, a concluir a apreciação e deliberar acerca das propostas de revisão tarifária quinquenal, bem como para que aquela autarquia se abstenha de atribuir efeito retroativo à sua deliberação sobre a revisão tarifária.	REMOTO	Postergar a revisão tarifária, acarretando prejuízos à CEG e CEG RIO.	N/A
CEG	AGENERSA	3ª VFP	24/06/2004	R\$ 10.357.132,00	Anular a deliberação proferida no processo administrativo, de forma a assegurar a manutenção do critério, até então adotado, de repasse do ônus financeiro da CPMF às tarifas de gás praticadas pela CEG.	REMOTO	Prevalecer a deliberação da AGENERSA que alterou o critério de repasse da CPMF para as tarifas, trazendo significativos ônus financeiros para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/07/2004	R\$ 118.617.979,00	Anular as deliberações AGENERSA-RJ 298/2002 e 324/2003, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para que as concessionárias possam: a) repassar para as tarifas a Taxa AGENERSA, os custos da CPF e os custos do aumento da alíquota da COFINS; b) restabelecer a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; c) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações nº 298/02 e 324/03, o que acarretará graves prejuízos para a CEG.	N/A
CEG	AGENERSA	1ª VFP	27/08/2004	R\$ 6.461.373,00	Anular deliberações da ASEP, para que as Companhias possam: a) repassar para as tarifas os tributos incidentes (Taxa ASEP, CPMF e Cofins), restabelecendo a fórmula de cálculo do valor das tarifas, tal como vinha sendo praticado pelas autoras e referendado pela ré; e b) manter, quanto ao primeiro ano do contrato de concessão, o período base de atualização monetária de abril de 1997 a junho de 1998.	REMOTO	Prevalecerem as deliberações AGENERSA, o que acarretará graves prejuízos para a CEG e CEG RIO.	N/A

CEG	AGENERSA	10ª VFP	26/04/2006	s/valor definido (obrigação de fazer)	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 611 e 555, que dispuseram sobre o reajuste quinquenal das tarifas da CEG e da CEG RIO e a revisão das tarifas das Concessionárias na forma prevista nos seus respectivos Contratos de Concessão.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
CEG	AGENERSA	8ª VFP	10/07/2006	R\$ 2.366.515,56	Declaração da nulidade das Deliberações AGENERSA n.ºs 13/06 e 15/06, que dispuseram sobre o repasse de variações no custo de aquisição do gás natural nos meses de setembro de 2005 e novembro de 2005, assim como determinaram que doravante os repasses somente poderiam ser procedidos após 30 dias contados da publicação de avisos na imprensa.	REMOTO	Prevaler as deliberações vigentes sobre a Revisão de Tarifas.	N/A
Ministério Público RJ	CEG	8ª VFP	31/08/2005	Este feito se encontra reunido com o descrito na linha acima. A contingência está sendo feita no processo acima.	Ação Civil Pública em que o MP/RJ alega que a Companhia somente poderia praticar tarifas reajustadas 30 dias após a publicação de aviso na imprensa (diferentemente do disposto no Contrato de Concessão).	REMOTO	Suportar os custos financeiros de aquisição do gás, por 30 dias contados da data em que efetua-se a publicação dos reajustes.	N/A
Petrobrás	CEG	13ª VFP	29/07/2009	Não há	Declaração de ilegalidade das Deliberações nº 370 e 371 da AGENERSA, tornando inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	REMOTO	Tornar inexigível a majoração da margem de distribuição da tarifa cobrada pelas concessionárias CEG e CEG-RIO.	N/A
AGRAGET – Assoc. Bras. de Geradoras Termelétricas	CEG	14ª VFP	25/05/2009	R\$ 742.513,50	Anular as Deliberações nº 370/2009 e nº 371/2009 da AGENERSA, que homologaram os aumentos das tarifas cobradas pela CEG e pela CEG RIO em 2009	REMOTO	Restituir para as termelétricas os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
CEG	União Federal	28ª Vara Federal RJ	04/10/2007	R\$ 266.871.167,00	COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE PIS/CONFINS. Impugnar os efeitos retroativos atribuídos pela Receita Federal à decisão administrativa que declarou “sem efeito” decisão proferida 2 (dois) anos antes, por meio da qual a própria Receita havia deferido pedido de restituição de indébito tributário.	REMOTO	Pagamento do imposto relativo ao tempo em que foi feita a compensação com juros e multa.	N/A
Ministério Público Federal	CEG	29ª Vara Federal RJ	17/12/2008	s/valor definido (obrigação de fazer)	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da CEG e outros, por meio da qual pretende o Autor (i) a decretação liminar da indisponibilidade dos bens pertencentes aos Réus; (ii) a condenação solidária dos Réus ao ressarcimento integral dos supostos danos materiais causados ao patrimônio público, no valor de R\$ 133.144.795,25, correspondente ao valor de compensação que alega ter sido indevidamente deferido pelos Réus em favor da empresa CEG nos autos de processo administrativo em 2003; bem como (ii) a condenação solidária dos Réus aos danos morais causados à coletividade; (iii) a proibição dos Réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de dez anos; e (iv) o pagamento de multa civil em valor estabelecido pelo Juízo.	REMOTO	Pagamento das verbas pleiteadas	N/A
CEG	Estado do Rio de Janeiro	11ª VFP	27/08/2002	R\$ 1.564.106,00	Anular o ato declaratório da suposta dívida fiscal, cancelando-se, por conseguinte, a exigência fiscal a que se refere o auto de infração, determinando o arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.	REMOTO	Valor de R\$1.182.167,43 já depositado em juízo e que no caso de improcedência da ação será repassado ao Estado.	N/A

CEG	Light Serviços de Eletricidade S/A	8ª Vara Federal RJ	02/10/2001	R\$ 10.000,00	Declarar a ilegalidade da cobrança de sobretarifa feita pela Light (pelo não cumprimento de metas de consumo impostas durante o período de crise do setor de energia elétrica), bem como suspender a cobrança e condenar à mesma a restituir os valores pagos indevidamente.	REMOTO	Tornar exigível a cobrança da sobretarifa.	N/A
UFRJ	CEG	6ª Vara Federal RJ	17/11/2000	R\$ 1.606.830,09	Ação ajuizada pela UFRJ, em 2000, pleiteando não ser tributada pelo ICMS incidente em suas faturas de fornecimento de energia elétrica, gás e telefone, por entender gozar de imunidade de impostos (com base no art. 150, VI, "a" da Constituição). A UFRJ pleiteia também a devolução, pelo Estado e pelas concessionárias, do valor pago a maior.	REMOTO	A CEG ser condenada a não cobrar o ICMS, e ainda ressarcir a UFRJ em R\$5.738.678,91.	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	09/06/2006	R\$ 935.016,99	Processo instaurado pela AGENERSA para verificar a procedência de reclamação de morador em relação a supostas irregularidades referentes às cabines de medidor, que geraram os Termos de Notificação CAENE nº 001/09, 003/09 e 005/09.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
AGENERSA	CEG	AGENERSA - Administrativo	12/11/2004	R\$ 1.459.607,88	Processo instaurado para avaliar reclamação de moradores quanto a supostas inadequações no Conjunto IAPI, na Penha.	POSSÍVEL	Pagamento de multa	N/A
CEG	CEDAE	8ª VFP	21/10/1999	Não há	Declarar a inexistência de obrigação entre CEG e CEDAE relativa ao pagamento de tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial, bem como condenar a CEDAE a restituir os valores pagos indevidamente nos últimos 20 anos. Esta ação foi ajuizada pela CEG contra a CEDAE, em 1999, pois apenas 1/5 da água consumida pela CEG é coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada.	REMOTO	Pagar a tarifa de esgoto sanitário e despejo industrial	N/A
GALVASUD e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	CEG RIO	1ª VFP	22/05/2009	R\$ 6.148.860,62	Declarar a nulidade da deliberação nº 370/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG RIO em 11,8% e condenar a CEG RIO a restituir à CSN e GALVASUD aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir para estes clientes os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A

GERDAU AÇOS LONGOS	CEG	6ª VFP	30/06/2009	R\$ 763.536,51	Declarar a nulidade da deliberação nº 371/2009 da AGENERSA, que homologou o aumento da margem cobrada pela CEG em 11,32% e condenar a CEG a restituir à GERDAU aquilo que eventualmente tiver sido pago a mais em decorrência da anulação da referida deliberação.	REMOTO	Restituir par a este cliente os valores cobrados após aumento da tarifa homologada pela AGENERSA.	N/A
REFINARIA NACIONAL DE SAL	CEG RIO	21ª Vara Cível	30/07/2003	R\$ 1.600.000,00	A RNS ajuizou ação contra a CEG RIO objetivando a sustação e o subsequente cancelamento dos protestos e dos títulos respectivos, alegando que o valor constante das faturas não estaria condizente com as normas legais e contratuais aplicadas. Questiona, assim, o PCS do gás fornecido e faturado, ilegalidade de tarifa de transporte, imprecisão de medições e irretroatividade de aumentos do preço do gás. A refinaria obteve liminar, para pagar apenas 71% do valor da fatura, calculado com base na tarifa praticada na época (menor que a tarifa limite). A CEG RIO recorreu e o Tribunal de Justiça alterou o percentual para 85%. Já houve, em 11/2009 sentença favorável à CEG RIO. Nesta decisão, o juiz acompanhou integralmente o laudo do perito judicial, cujo ponto desfavorável à Companhia refere-se a cobrança da tarifa de transporte praticada a partir de 30/01/2001.	REMOTO	Praticar tarifas menores e ressarcir a diferença cobrada a maior.	N/A

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: **a.** juízo; **b.** instância; **c.** data de instauração; **d.** partes no processo; **e.** valores, bens ou direitos envolvidos; **f.** principais fatos; **g.** se a chance de perda é **(i)** provável; **(ii)** possível, **(iii)** remota; **h.** análise do impacto em caso de perda do processo; **i.** valor provisionado, se houver provisões.

Não há ações trabalhistas e fiscais relevantes a serem apontadas.

Fatores de Risco - Ações judiciais de maior relevância e que não estão sob sigilo								
Autor	Réu	Juízo	Data de Distribuição	Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais fatos/pedidos	Chance de perda (1)	Impacto em caso de perda	Valor da Provisão
Fernando Cardoso Ferreira	CEG	5ª Vara Empresarial	21/02/2003	R\$ 150.000,00	Obrigar a CEG a recomprar as ações do ex-empregado, adquiridas no processo de privatização.	POSSÍVEL	A CEG estaria obrigada recomprar as ações do ex-empregado, mais indenização por danos morais e materiais.	R\$ 75.000,00

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes em que a companhia seja parte.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas.

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando: **a.** valores envolvidos; **b.** valor provisionado, se houver; **c.** prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Não há ações fiscais relevantes a serem apontadas

Fatores de Risco - Ações judiciais, administrativas ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em causas semelhantes, que não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes			
Valores envolvidos	Valor provisionado	Causa das ações (prática que causou a contingência)	Trabalhista / Tributário / Cível / PROCON / Outros
R\$ 9.347.678,00	R\$ 9.347.678,00	Equiparação salarial, horas extras e adicionais de salários	Trabalhista – processos de ex-empregados da CEG
R\$ 21.312.488,00	R\$ 21.312.488,00	Responsabilidade subsidiária	Trabalhista – processos de ex-empregados de empresas Terceirizadas
R\$ 3.544.941,40	Não há, em razão da baixa possibilidade de perda	Cobrança de multas por supostas irregularidades nas obras de manutenção realizadas em vias públicas.	Tributário
R\$47.511.323,34 – Valor da causa (pedido do autor)	R\$3.718.405,55	1628 ações de menor complexidade por diversos motivos de natureza consumerista;	Cível

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar: **a.** restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos; **b.** restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários; **c.** hipóteses de cancelamento de registro; **d.** outras questões do interesse dos investidores.

Este item não se aplica à Companhia, que não se trata de emissora de valores estrangeira.

Além disso, vale ressaltar que a Companhia não emite valores mobiliários em outros países, estando sujeita somente à regulamentação posta pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pois suas ações são negociadas no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

5. Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2009) segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverá ser divulgada as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III) Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

Risco	Instrumento / Operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Cambial	Hedge			
	"Swap" - Instrumento de hedge	(9.299)	(11.624)	(13.949)
	Objetivo de "hedge" - empréstimos - moeda estrangeira	9.363	11.704	14.045
		64	80	96
Juros	Despesa Financeira	(58.689)	(73.361)	(88.033)
	Receita Financeira	3.010	3.762	4.515
		(55.679)	(69.599)	(83.518)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando: **a.** riscos para os quais se busca proteção; **b.** estratégia de proteção patrimonial (hedge); **c.** instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); **d.** parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; **e.** se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos; **f.** estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos; **g.** adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Gerenciamento de riscos financeiros

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As operações de derivativos (opções de juros), contratadas em 2008, pelo prazo de até 12 meses, com a finalidade de proteção contra uma perspectiva de alta da taxa "Selic", foram liquidadas no decorrer do ano de 2009.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente. A Companhia passou a registrar os efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros a partir de 2008, como previsto pelo CPC 14, regulamentada pela deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

Derivativos (Deliberação CVM nº 550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os contratos de "swap" de moeda estrangeira têm por finalidade eliminar o risco da variação cambial existente nos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Os contratos de opção têm como objetivo limitar o custo financeiro máximo dos empréstimos e financiamentos cujos encargos estão indexados ao CDI, definindo um valor máximo para os encargos. As operações de derivativos de "opções", que funciona como hedge de fluxo de caixa, a contrapartida é a conta de ajuste de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, até a sua realização, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

A empresa não contratou nenhum derivativo cuja finalidade não seja a proteção patrimonial (hedge).

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre os riscos de mercado, além daquelas já descritas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor

6.1. Com relação à constituição do emissor, informar:

a. Data

02/06/1969

b. Forma

Constituída sob a forma de empresa pública em 1969, a CEG foi privatizada em 1997, quando o Programa Estadual de Desestatização – PED (Decreto nº 21.985/96 e Lei Estadual nº 2.470/95) adotou a modalidade de abertura do capital para oferta das ações ao novo grupo de controle da Companhia.

<p>c. país de constituição</p> <p>Brasil</p>
<p>6.2. Informar prazo de duração, se houver</p> <p>Prazo indeterminado</p>
<p>6.3. Breve histórico do emissor</p> <p>A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, anteriormente denominada Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro, foi constituída através do decreto-lei nº 29, de 28 de maio de 1969, com a finalidade de operar os serviços de gás canalizado na cidade do Rio de Janeiro. Com a criação, em 1975, do novo estado do Rio de Janeiro, foi editado o decreto-lei nº 39, de 24 de março de 1975, que ampliou o seu objeto social e área de distribuição, que passou a ser toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.</p> <p>Conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 64, de 21 de setembro de 1990, a CEG passou a atuar na distribuição de gás para os municípios que integram a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>A CEG foi incluída no Programa Estadual de Desestatização – PED através do Decreto n.º 21.985, de 16 de janeiro de 1996, por enquadrar-se nos objetivos do PED previstos no artigo 1º da lei estadual de n.º 2.470, de 28 de novembro de 1995.</p> <p>Em 14 de julho de 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, alienou, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, 65,41% do capital social da CEG. Desse total, 56,41% foi oferecido em lote único ao novo Grupo Controlador e 9,0% foi ofertado aos empregados da Companhia.</p> <p>Em 21 de julho de 1997 foi assinado o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de gás canalizado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG.</p> <p>Em 17 de novembro de 1997, a companhia obteve da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme processo CVM n.º RJ 97/3178, o registro de Companhia Aberta para negociação de ações em Bolsa.</p> <p>A razão social da Companhia foi alterada, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29/04/98, passando a se chamar COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG.</p> <p>Além da ampliação do número de clientes e da expansão das suas redes, outro compromisso assumido no Contrato de Concessão foi o de fazer a conversão do gás manufacturado para gás natural em toda a cidade do Rio de Janeiro, projeto que foi concluído em meados de 2007.</p> <p>Atualmente a CEG atende, dentro de sua área de concessão, aos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Mangaratiba, Niterói, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá.</p>
<p>6.4. Data de registro na CVM ou indicação de que o registro está sendo requerido</p> <p>17/11/1997</p>
<p>6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação.</p> <p>Nos últimos três exercícios sociais, não houve nenhuma operação de reestruturação societária na Companhia, que não possui empresas por ela controladas.</p> <p>Em 16/07/2004 a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual informou ao mercado acerca da aquisição, pela Gas Natural Internacional SDG S/A, da integralidade da participação acionária de Enron International Brazil Gas Holding LLC, passando a sua participação acionária a 35,26%. Com a aquisição, o grupo controlador da Companhia, formado pela Gas Natural Internacional SDG S/A e por sua controladora Gas Natural SDG S/A, passou a deter 54,16% da participação acionária. Posição que mantém atualmente.</p>
<p>6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos</p> <p>Não foram feitos pedidos de tais naturezas.</p>
<p>6.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes</p> <p>Não há outras informações relevantes a respeito do histórico da Companhia.</p>

7. Atividades do emissor

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia opera serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, na área de sua concessão (região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro); explora com exclusividade a distribuição de gás canalizado e seus subprodutos, no âmbito da concessão; pode produzir, importar; comercializar e distribuir produtos relacionados à sua atividade principal e de produtos gasodomésticos; pode exercer atividades correlatas à sua finalidade principal como a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados ao setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviço de consultoria técnica à terceiros e pode participar no capital de outras sociedades.

A Companhia não possui empresas por ela controladas.

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Principais produtos comercializados: Gás Natural, GLP e Serviços.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Receita		
	2009	2008	2007
GÁS NATURAL	98,9	99,1	98,2
GLP	0,1	0,1	0,2
SERVIÇOS	0,9	0,8	1,6

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Seguimento Operacional	2009		2008		2007	
	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida	Receita R\$	% da Receita Líquida
Residencial	476.973	21,7	402.888	16,5	343.659	20,8
Comercial	199.955	9,1	168.624	6,9	139.344	8,4
Automotivo	750.236	34,1	737.983	30,3	537.208	32,5
Petroquímico	26.632	1,2	75.361	3,1	57.241	3,5
Cogeração	61.761	2,8	65.413	2,7	48.367	2,9
Industrial	481.090	21,9	508.687	20,9	387.175	23,4
Termelétrica	180.878	8,2	454.088	18,7	112.566	6,8
Serviços	20.513	0,9	19.175	0,8	26.789	1,6
Outros	2.513	0,1	2.296	0,1	1.774	0,1
Total	2.200.551	100	2.434.515	100	1.654.123	100

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Seguimento Operacional	2009		2008		2007	
	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido	Lucro / Prejuízo R\$	% do Lucro Líquido
Residencial	107.088	47,2	58.772	44,8	55.624	45,5
Comercial	40.829	18,0	20.775	15,9	19.918	16,3
Automotivo	31.256	13,8	19.480	14,9	19.262	15,7
Petroquímico	2.374	1,0	0	0,0	0	0,0
Cogeração	4.075	1,8	0	0,0	0	0,0
Industrial	32.781	14,5	23.240	17,7	24.106	19,7
Termelétrica	8.484	3,7	8.399	6,4	3.509	2,9
Serviços	-179	-0,1	400	0,3	-40	0,0
Outros						
Total	226.708	100,0	131.066	100,0	122.378	100

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

O gás natural distribuído pela CEG é fornecido pela Petrobrás – Petróleos Brasileiros S/A na Estação de Estocagem de Duque de Caxias. Ali, o gás natural é medido, odorizado e tem sua pressão regulada para os níveis recomendados. A partir da Estação de Estocagem de Duque de Caxias o gás natural está pronto para ser distribuído.

Até meados de 2007, quando foi concluído o Projeto de Conversão do gás manufacturado para o gás natural, a produção de gás manufacturado ocorria na fábrica de gás da CEG, situada em São Cristóvão, zona central do Município do Rio de Janeiro. O terreno ocupa uma área total de 119.000 m², dos quais 47.000 m² eram ocupados pelos equipamentos de produção e o restante da área por instalações de apoio administrativo e operacional. Com a conclusão do projeto de conversão, não há mais produção e distribuição de gás manufacturado.

b. características do processo de distribuição

O gás utilizado pela CEG é proveniente da Estação de Cabiúnas na Bacia de Campos. Ainda em estado condensado, o gás é transportado por um duto de 180 km de extensão, pertencente à Petrobrás, até a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), no município de Duque de Caxias, onde, passando por uma unidade de processamento (UPGN), é desidratado e fracionado, resultando em três produtos: gás processado, GLP e gasolina natural.

O gás tratado e processado está, então, pronto para a distribuição. O fluxo de gás é medido nos *city-gates*, pontos de saída onde o gás é entregue às companhias de distribuição regionais. Para transportar o gás natural desde o ponto de recebimento (*city-gates*) da empresa fornecedora (Petrobras) até as redes de distribuição, a CEG possui uma rede de transporte, que trabalha em altas pressões, em tubulações de aço de diâmetros maiores e que, geralmente, não abastecem em seu percurso, salvo em alguns casos, nenhum cliente.

As redes de distribuição de gás natural distribuem o gás em altas ou médias pressões provenientes das redes de transporte até o cliente, onde, através de reguladores individuais ou coletivos, as pressões são reguladas para médias ou baixas pressões, conforme o tipo de pressão requerida.

O sistema de distribuição de gás à Região Metropolitana do Rio de Janeiro possuía 3.704 km de extensão em dezembro de 2007, passando a 3.839 Km de extensão ao final de 2008 e chegando a 3.849 ao término de 2009, sendo composto por redes de ferro fundido, aço carbono, aço galvanizado e mais recentemente, de polietileno, com diâmetros variando de 25 a 750 mm e operando a diferentes pressões, de acordo com o tipo de gás utilizado, conforme descrevemos a seguir :

Redes de Ferro Fundido: com diâmetros que variam de 50 a 750 mm, estão instaladas nas redes de baixa pressão;

Redes de Aço Carbono: seu diâmetro varia de 25 a 750 mm, estão instaladas em redes de baixa, média e alta pressão;

Redes de Aço Galvanizado: seus diâmetros vão de 32 a 300 mm, estão instaladas em redes de média e baixa pressão;

Redes de Polietileno: têm diâmetros de 25 a 250 mm e estão instaladas nas redes de média e baixa pressão.

A tubulação de polietileno é a mais utilizada nas novas redes em construção, pois apresenta vantagens em relação aos outros materiais. Entre as principais vantagens podemos destacar: resistência ao ataque químico, tanto interno quanto externo; isolamento elétrico, dispensando a proteção catódica; fácil soldabilidade; flexibilidade; elevada resistência ao impacto e vida útil prolongada, estimada no mínimo em 50 anos a 20°C.

A tubulação de ferro fundido, por outro lado, não é mais empregada pela CEG, pois apesar de sua elevada vida útil, causa muitos problemas de escapamentos de gás nas junções.

A seguir as principais características das redes de gás natural e do sistema de distribuição de GLP da Companhia:

Gás Natural: A CEG possui atualmente sua rede em totalidade direcionada a gás natural, possui 5 city gates onde recebe o gás a alta pressão que provém do gasoduto da Petrobras. Estas estações têm como função principal a medição, odorização, controle de qualidade do gás e controle da operação do sistema de distribuição.

É uma rede relativamente nova, construída em aço carbono soldado, com proteção catódica e em polietileno, utilizando as especificações de normas internacionais. As estatísticas disponíveis sobre vazamentos mostram baixos índices, confirmando o seu bom estado, não apresentando risco anormal à segurança ou à continuidade da operação.

As estações reguladoras tanto de alta / média como média / baixa possuem duplo sistema, um em operação e outro em reserva, que mantêm a disponibilidade e a segurança da operação, além de possuírem dispositivos de proteção contra sobrepressão nas linhas à jusante.

GLP: O sistema de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP da Companhia tem como intenção marcar a presença da CEG nos núcleos de consumidores mais afastados do atual sistema principal de redes, visando o futuro atendimento desse mercado quando ocorrer a ampliação das redes de distribuição para estas regiões. A Companhia distribui GLP a partir de uma infra-estrutura que é viabilizada pela existência de um núcleo de clientes específico.

Cada célula do sistema de distribuição de GLP da CEG é formada basicamente por uma estação de estocagem de gás, associada a sua rede de distribuição. A estação de estocagem dispõe de unidades independentes de vaporização natural ou forçada, a qual engloba uma bateria de tanques de GLP – abastecidos periodicamente por caminhões-tanque, um vaporizador, uma estação de redução de pressão e demais dispositivos de segurança e controle necessários para o suprimento de gás. Em termos financeiros é um mercado pouco significativo tendo representado 0,2% do faturamento da Companhia em 2007, 0,7% em 2008 e 0,2% em 2009.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

Residencial: A utilização neste segmento é direcionada, principalmente, para o aquecimento de água e para o abastecimento de fogões domésticos. Em países onde a utilização do gás é mais desenvolvida existe maior oferta de equipamentos domésticos que funcionam a gás, tais como: ar condicionado, refrigeradores, lavadoras de roupa e de louça, etc. A energia elétrica é a principal concorrente e única que pode substituir o gás nestas utilizações.

Em 2007 o segmento representou 20,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 5,0% do volume comercializado pela Companhia. Em regra é o segmento onde se concentra a grande massa de clientes, que correspondeu a 713.498 naquele ano. Em 2008 o segmento representou 16,5% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,7% do volume comercializado, atendendo ao total de 724.393 clientes. Em 2009 o seguimento residencial representou 21,7% do faturamento de gás natural e GLP, com 5,4% do volume comercializado, e um total de 735.475 clientes.

Comercial: Segmento voltado para o suprimento de hospitais, restaurantes, hotéis, lavanderias, clubes, ou seja, pequenos e médios negócios. Tem utilização semelhante ao do uso doméstico, para aquecimento de água e abastecimento de fogões industriais. Oferece perspectivas de substituição das energias elétrica e de óleo combustível por gás natural.

Em 2007 o segmento representou 3,3% do volume comercializado pela Companhia e 8,4% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 10.562 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e, 6,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 10.507 clientes. Em 2009 o seguimento representou 9,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,6% do volume comercializado, e um total de 10.509 clientes.

Automotivo: Utilizado como combustível para motores de combustão interna, tem tido aceitação em função das vantagens econômicas e tem crescido devido ao programa para a frota metropolitana de táxis. Desde a implantação em outubro de 1991, a demanda de gás para veículos leves cresceu rapidamente. A regulamentação por parte de órgãos do governo como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) e a mudança no posicionamento das montadoras passando a produzir veículos bicombustíveis deram maior credibilidade à imagem do gás natural veicular. Verifica-se grande potencial de crescimento na frota de veículos de transporte urbano (ônibus) e de transporte alternativo (kombis e vans). Também é verificado um grande número de conversões em veículos utilitários (pick-ups).

Em 2007 o segmento representou 40,7% do volume comercializado pela Companhia e 32,5% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 384 clientes. Em 2008 representou 28,0% do volume comercializado e, 30,3% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 407 clientes. Em 2009 o seguimento representou 34,1% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 38,7% do volume comercializado, e um total de 421 clientes.

Petroquímico: Neste setor o gás natural fornecido pela Companhia é utilizado para o funcionamento das indústrias (planta e equipamentos).

Em 2007 o segmento representou 5,8% do volume comercializado pela Companhia e 3,5% do faturamento de gás natural e GLP. Em 2008 representou 3,7% do volume comercializado e, 3,1% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia. Em 2009 o seguimento representou 1,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 2,5% do volume comercializado. Desde 2007 são atendidos 04 clientes.

Co-geração: de energia industrial e comercial: Este sistema utiliza o gás natural para geração de energia elétrica, vapor e frio através de turbinas a gás ou motores à explosão. O crescimento da utilização deste sistema deve ser atribuído à necessidade de um suprimento confiável e contínuo de energia, à ausência de exigências de manutenção de estoques reguladores e pela reduzida emissão de poluentes atmosféricos. É uma solução que pode atender com vantagens a condomínios residenciais, centros- comerciais (shopping-centers) e indústrias. No momento estão em operação vários centros-comerciais no Rio de Janeiro em ciclo combinado para a geração de energia elétrica e produção de ar condicionado, em unidades com ciclo de absorção. Também possuem sistemas de co-geração em suas unidades várias indústrias cariocas.

Em 2007 o segmento representou 2,9% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, com 03 clientes. Em 2008 representou 2,5% do volume comercializado e 2,7% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, somando 07 clientes. Em 2009 o seguimento representou 2,8% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 3,3% do volume comercializado, e um total de 07 clientes.

Industrial: É um dos segmentos mais importantes, pois engloba os maiores consumidores potenciais por unidade produtora, utilizando o gás, principalmente, para geração de calor. O gás natural tende a crescer neste segmento pela vantagem na relação custo/benefício, pela segurança de fornecimento contínuo e pelo baixo nível de poluição, dispensando o tratamento de efluentes.

Em 2007 o segmento representou 35,5% do volume comercializado pela Companhia e 23,4% do faturamento de gás natural e GLP da Companhia, totalizando 339 clientes. Em 2008 representou 23,9% do volume comercializado e 20,9% do faturamento de gás natural e GLP, com 346 clientes. Em 2009 representou 21,9% do faturamento de gás natural e GLP da CEG e 27,6% do volume comercializado, com um total de 332 clientes.

Termelétricas: Geração térmica com gás natural. No ano de 2000 foi criado pelo Governo Federal o Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) com o objetivo de criar condições especiais para a instalação e funcionamento de termelétricas no território brasileiro. A proximidade do Rio de Janeiro com a Bacia de Campos tem despertado o interesse de empresas em desenvolverem plantas no Estado. Atualmente existem duas plantas em funcionamento, dentro da área de concessão da CEG, a Eletrobolt no município de Seropédica, com potência de 350 MW e a TermoRio no município de Duque de Caxias, com potência de 1.040 MW. Existe ainda a Furnas Santa Cruz localizada no município do Rio de Janeiro, com potência de 350 MW, que ainda não entrou em operação.

Em 2007 o segmento representou 15,6% do volume comercializado pela Companhia e 6,8% do faturamento de gás natural e GLP, totalizando 03 clientes. Em 2008 representou 41,9% do volume comercializado e 18,7% do faturamento de gás natural e GLP, embora mantendo o mesmo número de clientes. Em 2009 o seguimento representou 8,2% do faturamento de gás natural e GLP da CEG com 24,8% do volume comercializado, e apenas 02 clientes.

i. participação em cada um dos mercados

A seguir, são apontados os volumes de vendas de cada segmento, com relação ao volume total de vendas de gás natural da Companhia, apontando a participação de cada um dos mercados, destacando que a CEG possui a exclusividade na distribuição do gás canalizado na sua área de concessão no Rio de Janeiro.

Principais Produtos e/ou Serviços	% Volume de Vendas		
	2009	2008	2007
Residencial:	5,4%	3,7%	5,0%
Comercial:	3,6%	2,5%	3,3%
Automotivo:	38,7%	28,0%	40,7%
Petroquímico:	2,5%	3,7%	5,8%
Co-geração:	3,3%	2,5%	3,8%
Industrial:	21,8%	17,6%	25,9%
Termelétricas:	24,8%	41,9%	15,6%

ii. condições de competição nos mercados

A Companhia possui a exclusividade na distribuição de gás natural canalizado na sua área de concessão (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), assim, não se verifica impactos do ponto de vista de competitividade nos seus resultados, tendo em conta a principal operação/atividade da Companhia (distribuição de gás canalizado).

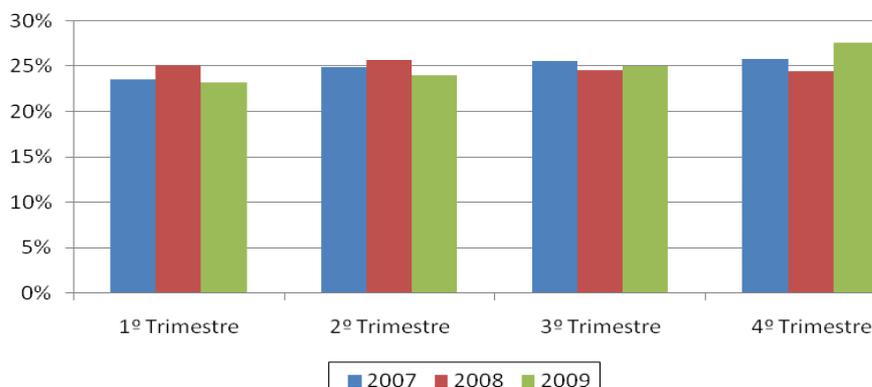
Com relação ao mercado de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, a Companhia possui uma participação discreta nas vendas na sua área de concessão. Este mercado apresenta maior competitividade, e vem recebendo investimentos pela Companhia, principalmente nos municípios/bairros onde ainda está em desenvolvimento ou estudo a expansão da rede de distribuição (Tubulações).

d. eventual sazonalidade

O ciclo de vendas de gás sofre grande influência das estações do ano. A utilização do gás cresce à medida que a temperatura ambiente se reduz. Esta variação ocorre principalmente em função do aumento do consumo para aquecimento de água, calefação, gerando maior reflexo no seguimento residencial, nos meses mais frios do ano.

Na análise dos reflexos causados pela sazonalidade na venda de gás, em regra, são desconsiderados os volumes de venda de gás para geração de energia elétrica, visto tratar-se de um mercado influenciado pelas decisões de política energética para o País, que estão fora de nossa gestão e que não são afetadas exclusivamente por fatores sazonais e sim por questões de ordem estratégica.

Nos últimos três anos a distribuição dos volumes vendidos para o mercado convencional (que não inclui geração elétrica), ao longo dos trimestres, apresentou o seguinte comportamento:



e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Matéria Prima	Nome do Fornecedor	% de Fornecimento sobre o total das Compras da Companhia
Gás Natural	PETROBRAS	100%

Em razão da própria natureza da atividade, qual seja a distribuição de gás canalizado, exercida por meio de concessão do Governo do estado do Rio de Janeiro, e considerando que a produção de gás natural é detida pela Petrobras, este é o único fornecedor da matéria prima do negócio da Companhia.

A atividade de distribuição de gás canalizado é fiscalizada e regulada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP é responsável pela regulação do mercado de Gás Natural Liquefeito de Petróleo. Assim, a Companhia está sujeita à regulamentação própria de ambas as agências.

iii. eventual volatilidade em seus preços

De acordo com o Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Natural, as tarifas cobradas são revisadas a cada período de 05 anos, por meio de procedimento administrativo no âmbito do órgão regulador da atividade, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA e, além disso, os preços de vendas de gás sofrem correção anual com base no IGPM.

Excepcionalmente, durante o ano de 2009, em razão do excedente de volume de gás verificado pela Petrobrás, a fornecedora realizou leilões de vendas de gás, cujos volumes foram adquiridos pelas distribuidoras para disponibilização ao mercado não termelétrico. Assim, houve reflexo com a redução dos preços praticados aos clientes que adquiriam gás sob tal regime.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando: **a.** montante total de receitas provenientes do cliente; **b.** segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Cliente	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Líquida Total 2009	% Part. Receita Líquida
RIO POLIMEROS S.A.	68.580.469,19	53.739.655,66	2.200.551.000,00	2,44
GERDAU ACOS LONGOS S/A	49.185.673,75	38.541.893,95		1,75
CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS (Bebidas)	38.559.982,83	30.215.602,55		1,37
LANXESS ELASTOMEROS BRASIL SA	37.194.056,76	29.145.262,88		1,32
BAYER S/A	27.220.893,37	21.330.292,04		0,97
GPC	23.226.846,93	20.973.842,78		0,95
FABRICA CARIOGA CATALISADORES	25.172.369,17	19.725.068,48		0,90
OWENS-ILLINOIS BRASIL IND C SA	22.520.064,53	17.646.722,57		0,80
CIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS (Garrafas)	12.521.227,49	9.811.633,86		0,45
SCHOTT BRASIL LTDA.	11.505.808,13	9.015.951,25		0,41
Receita Líquida Total	250.145.926,01	2.200.551.000,00		11,37

Os segmentos afetados pelas receitas provenientes dos clientes acima apontados são o Industrial e Petroquímico.

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Compete ao Estado, na forma do artigo 25 § 2º da Constituição Federal, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado. Assim, tendo sido celebrado o respectivo contrato de concessão, fica à Concessionária permitido o exercício de tal atividade.

Especificamente quanto à necessidade de autorizações para a realização de obras nos logradouros públicos de todos os Municípios localizados na área de concessão, tais solicitações são dirigidas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Não existe histórico de problemas em relação à obtenção de licenças para a realização de obras emergenciais, entretanto, nos casos de expansão e renovação de redes, observa-se uma acentuada demora na concessão de tais licenças em virtude do trâmite burocrático nas Secretarias de Obras e Fazenda do Município.

Nos casos previstos na Resolução CONEMA nº 015 de 2009, havendo necessidade de obtenção de licenciamento ambiental de Dutos de Gás Natural, são solicitadas as respectivas licenças ao INEA.

Em geral, as licenças necessárias ao exercício das atividades de distribuição de gás natural são obtidas junto aos órgãos competentes, não havendo histórico de problemas em relação a essa obtenção.

- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A avaliação ambiental da CEG foi realizada em duas grandes dimensões: a primeira compreende a análise da sua situação de conformidade do ponto de vista da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão dos eventuais passivos ambientais, à luz dos princípios de responsabilidade objetiva inscritos nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente e da prática de sua aplicação.

A empresa inicialmente produzia gás manufacturado a partir do carvão. Ao longo dos anos setenta, esta matéria-prima foi substituída pela nafta, e a partir de 1982 passou a ser utilizado o gás natural.

Desde agosto de 2007 a empresa não realiza mais a produção do gás manufacturado, de maneira que a distribuição tornou-se exclusiva de gás natural após a conversão total da rede de distribuição.

A sede administrativa - está localizada num dos extremos da área central do Rio, às margens de um dos canais de drenagem superficial do solo de manguezais reclamado desde o início do século, que hoje acomoda várias indústrias, inclusive uma fábrica de tintas e uma usina de asfalto.

Conformidade Ambiental

A seguir estão listadas as ações para garantia de conformidade e prevenção da constituição de passivos em curso, incluindo-se ainda a realização obrigatória de auditoria ambiental:

- Solicitação, em julho/1997, das licenças de operação das seguintes unidades da CEG: Fábrica, Estação Botafogo, Estação Piauí Estação Leblon (desativada em maio/2003) e Estação de Modulação de Gás Natural.
- Monitoramento das emissões atmosféricas: Realizada avaliação das emissões atmosféricas da fabricação de gás manufacturado, em janeiro/1998.
- Análise de Riscos e Plano de Emergência: Realizada em maio/1998 Análises de Riscos de cada unidade (Fábrica de Gás e Estações Emissoras - Leblon, Botafogo e Piauí). Elaborados dois planos de emergência, um relativo ao sistema de distribuição de gás, em Janeiro/1998 e outro de Fábrica de Gás em Fevereiro/1999.
- Medições da contaminação do solo/subsolo e pesquisa e identificação de hot spots: Avaliação qualitativa da contaminação do solo da Fábrica realizada em 1997.
- Revisão do Gerenciamento de Rejeitos: Vinculação, em Setembro/97, da CEG ao Sistema de Manifestos de Resíduos junto ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente) com entrega do Inventário de Resíduos e em Janeiro/99 apresentado à FEEMA o Relatório do Programa de redução de Resíduos.
- Auditoria Ambiental Legal anual obrigatória, da CEG, realizada em setembro/2009.
- Licenciamento ambiental dos novos ramais de distribuição em alta pressão (AP), da CEG.
- Renovação do Licenciamento Ambiental dos ramais de distribuição em alta pressão (AP) da CEG;

Licenciamento ambiental de ramais de distribuição e redes de distribuição em média pressão (MP) da CEG, através da atualização do cadastro e apresentação de Relatório de Segurança.

Acompanhamento do licenciamento ambiental dos ramais de distribuição no órgão Estadual (INEA - Instituto Estadual do Ambiente) e realização de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental e Análise Quantitativa de Riscos).

Realização de compensação ambiental, para o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), no ano de 2002, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição para a Termelétrica Eletrobolt, através de Convênio para desenvolvimento de projeto de orientação e educação ambiental - Agentes Ambientais Seniores.

Realização de compensação ambiental, para o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), no ano de 2003, referente processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Itaboraí através da construção de deck de ancoragem e abertura de canal com 50 metros de extensão.

Realização de compensação ambiental, para o IBAMA, durante o ano de 2004 e 2007, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Petrópolis, através da elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Petrópolis.

Realização de compensação ambiental, para o IEF (Fundação Instituto Estadual de Florestas) no ano de 2005 e 2006, referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição de São Gonçalo/Niterói e do ramal de distribuição de Guapimirim, através Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura e de apoio operacional do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

Realização de execução e monitoramento do Projeto de reflorestamento, para o IBAMA, em área degradada no interior da APA-Petrópolis, no período de 2005 a 2009, em atendimento à restrição contida na Licença Ambiental, liberada pelo INEA referente ao processo de licenciamento ambiental do ramal de distribuição Petrópolis.

Realização de compensação ambiental, para atendimento às restrições contidas nas licenças ambientais liberadas pelo INEA, no ano de 2006, referentes aos processos de licenciamento ambiental dos seguintes ramais de distribuição: Guapimirim, São Gonçalo/Niterói, Novas Fontes 1/Furnas Santa Cruz, Paraíba do Sul/Três Rios e Petrópolis, através de Acordo de Cooperação.

Solicitação de Licença de Operação da Rede de Alta Pressão (Sistema AP-12) da CEG visando a regularização da situação ambiental do Sistema de Distribuição da CEG.

Depositado em conta poupança os valores referentes às compensações ambientais, fração IBAMA, dos projetos Novas Fontes 1 – Furnas Santa Cruz e Gaseificação Paraíba do Sul / Três Rios. Procedimento firmado pela assinatura em 16/12/08 do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), solicitado pelo procedimento da Câmara de Compensação Ambiental. Aguarda-se que o INEA defina os projetos para a aplicação dos valores depositados.

Atualização anual do Cadastro Técnico Federal do IBAMA e entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referentes ao ano 2005, das unidades da CEG (Fábrica, Estação Botafogo, Estação Piauí e Estação de Modulação de gás natural), dos postos de GNV de São Cristóvão e Acari e dos ramais de distribuição da CEG.

Atualização anual do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, inclusive com o cancelamento dos registros dos postos GNV de São Cristóvão e Acari, e entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referentes ao ano 2006, das unidades da CEG (Fábrica, Estação Botafogo, Estação Piauí e Estação de Modulação de gás natural), e dos ramais de distribuição da CEG.

Atualização anual do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, inclusive com o encerramento de atividades das Estações Botafogo e Piauí, e entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referentes ao ano 2007, das unidades da CEG (Fábrica e Estação de Modulação de gás natural), e dos ramais de distribuição da CEG.

Atualização anual do Cadastro Técnico Federal do IBAMA, e entrega dos Relatórios de Atividades do IBAMA referentes ao ano 2008 e 2009, das unidades da CEG (Unidade São Cristóvão e Estação de Modulação de gás natural), e dos ramais de distribuição da CEG.

Passivos Ambientais

Resíduos de catalisador: Eliminação do passivo do resíduo de catalisadores de níquel, no ano de 2002, resultante do processo de fabricação de gás manufacturado. O processo utilizado para eliminação do passivo foi o de Incorporação em Cimenteira, devidamente aprovado pelo INEA.

Investigação ambiental do subsolo da Fábrica (2000 e 2001):

Avaliação e caracterização, na Fábrica (*on-site*) e na região vizinha à Fábrica (*off-site*), das áreas potencialmente impactadas (solo e água) e proposição de alternativas aplicáveis de remediação das áreas impactadas e tratamento final dos resíduos.

Instalação de 37 poços *on-site* e 19 poços *off-site* para monitoramento das águas subterrâneas.

Remediação ambiental do subsolo da Fábrica:

Área Nordeste da Fábrica: Instalação do sistema de bombeamento do óleo em fase livre (remoção de óleo), com início da operação em Janeiro/2002, devidamente autorizado pelo INEA

Modificação e ampliação do sistema de remoção de óleo por extração Multifásica, em 2006. Este sistema encontra-se em operação.

Área Sudeste da Fábrica: Instalação de Barreira Hidráulica para controle da migração da pluma de contaminação existente na porção sul-sudeste da Fábrica em julho de 2002.

O sistema de Barreira Hidráulica foi modificado e ampliado, em 2004, com a instalação de novos poços, objetivando um maior controle da migração da pluma de contaminação. Este sistema encontra-se em operação.

Estação Leblon: Realização de investigação ambiental no subsolo com realização de sondagens e instalação de poços de monitoramento, em agosto de 2002, visando o descomissionamento da Estação.

Posto de GNV Acari: Realização de caracterização hidrogeológica e geológica preliminar, em março/2004.

Estação do Mangue: Realização de investigação ambiental no subsolo da área interna e externa, em 2005.
Realização de remediação ambiental, complementar, no subsolo, em 2006.

Estação Piauí: Realização de investigação ambiental do subsolo e descomissionamento, em 2006; e monitoramentos ao longo de 2007 e 2008, sendo constatado pelo INEA, através de notificação, que a remediação foi realizada de forma satisfatória, estando livre de passivo ambiental.

Estação Botafogo: Realização do descomissionamento até outubro de 2007 com posterior investigação ambiental do subsolo que demonstrou que a área estava livre de passivo ambiental.

Plano Global de Monitoramento:

Realização de campanhas de monitoramentos semestrais para acompanhamento das concentrações nas águas subterrâneas, na área interna e externa da Fábrica da CEG, permitindo assim ao longo do tempo a tomada de decisão quanto a ações corretivas, caso as mesmas sejam necessárias.

Comentários sobre a Legislação Ambiental

Proteção ambiental é matéria tratada na Constituição Federal e na legislação da União, dos Estados e dos Municípios. A Constituição Federal de 1988 em vigor estabelece, em seu capítulo especial sobre meio ambiente, o direito das pessoas a um ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, estabelecendo ainda, como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. A primeira lei federal que disciplinou a matéria, de modo sistemático e moderno, foi a de número 6.938/81, que estabeleceu uma Política Nacional de Meio Ambiente, a ser exercida por um Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto por agências federais e municipais, e institucionalizou o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, responsável pela elaboração das normas federais operacionais de controle ambiental.

Entre as novidades relevantes de 1981, surge o conceito de "responsabilidade objetiva" ou "sem culpa", seguindo o exemplo dos Estados Unidos e de alguns países europeus, bem como a atribuição ao Ministério Público de poderes e responsabilidades específicas para o ajuizamento das chamadas ações civis públicas.

Em 1985, os poderes do Ministério Público foram significativamente ampliados para efeito de condução direta das ações civis ou da atuação como fiscal da Lei, especialmente quanto às ações relativas à responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei 7.347/85).

O Ministério Público pode exigir a recuperação do meio ambiente alterado, a indenização por danos ambientais comprovados ou a cessação das atividades nocivas, o que pode acarretar o fechamento da empresa poluidora ou a aplicação de multa diária enquanto persistir a conduta lesiva. O poluidor e seus sucessores, bem como qualquer um que tenha contribuído para o dano, são considerados responsáveis perante a lei.

Trata-se do Princípio da Responsabilidade Solidária, consagrado no artigo 1.518 do Código Civil, que especifica que os responsáveis responderão, individual ou conjuntamente pelo pagamento do total da indenização devida.

No âmbito criminal, recentemente, o Governo Federal editou a Lei 9.065/98, que dispõe sobre as sanções penais, bem como administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, não revogando as demais leis que tipificam crimes ambientais.

Foi aprovada em 26 de novembro de 2002 e publicada em 28 de dezembro de 2002 a Deliberação CECA nº4.231 que cria os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Combustível (Natural ou Manufaturado), e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Foi aprovada em 23 de maio de 2006 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2006 a Deliberação CECA nº 4.678, que estabelece os critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Foi publicado em 02 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o DECRETO nº 42.159, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM e dá outras providências.

Foi aprovada em 22 de setembro de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2009 a CONEMA nº 015, que revoga a Resolução CECA nº 4.678 e estabelece critérios para o licenciamento ambiental e dá outras providências.

Adequação Ambiental da CEG

O atual projeto de adequação ambiental da CEG é uma consequência de seu incansável objetivo de sempre aperfeiçoar seus procedimentos, e decorre das recomendações resultantes da avaliação feita à época da privatização, que pode ser entendida em duas dimensões: a primeira compreendeu a análise da regulamentação em vigor para licenciamento ambiental e controle da poluição; a segunda envolve a discussão das questões ambientais, levando em conta o princípio da responsabilidade objetiva inscrito nas normas vigentes sobre danos ao meio ambiente.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Para o desenvolvimento da atividade de exploração do serviço local de gás canalizado, é imprescindível a obtenção da respectiva concessão junto ao Estado, conforme estabelece o artigo 25 § 2ª da Constituição Federal. A Concessionária CEG celebrou seu Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em 21/07/1997.

As marcas utilizadas pela CEG são registradas no INPI, não havendo registro de patentes. Além disso, atualmente inexistem contratos de royalties e franquias em vigor.

As licenças necessárias ao exercício das atividades são solicitadas aos órgãos competentes. As obras em logradouros públicos são licenciadas pela Prefeitura, enquanto as questões ligadas ao licenciamento ambiental são resolvidas junto ao INEA.

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas são obtidas na área de concessão da Companhia (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não há clientes em países estrangeiros, assim, não há receitas provenientes de clientes em países estrangeiros.

- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Como acima descrito, não há cliente em países estrangeiros, assim, a companhia não possui receita proveniente de países estrangeiros, sendo nula respectiva participação na receita líquida total da Companhia.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Conforme informação prestada no item 7.6 deste Formulário de Referência, em razão da própria natureza do negócio, todas as receitas da Companhia são obtidas na sua área de concessão (região metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil), não havendo clientes situados em países estrangeiros, portanto, não sendo auferida pela Companhia receita de país estrangeiro.

Assim, a Companhia não está sujeita à regulação de nenhum país estrangeiro, e conseqüentemente não há que se falar em efeitos no negócio da Companhia.

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Os contratos comerciais e industriais são firmados pelos prazos de vigência médios de 03 (três) a 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, para até a equiparação ao prazo do contrato firmado pela Companhia com a Petrobras para aquisição de gás natural.

Os contratos firmados com as térmicas também possuem, em média, prazos de vigência de cerca de 05 (cinco) anos.

Os contratos firmados no segmento residencial possuem vigência por prazo indeterminado, limitados ao período de concessão, qual seja, de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período, durante o qual a Companhia se mantém como prestadora do serviço de distribuição de gás natural.

O Contrato de aquisição de gás natural firmado com a Petrobras tem vigência até 2014.

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Gás Natural, Energia do Futuro.

Produto: definição, composição e propriedades

O petróleo tal como é encontrado na natureza é uma mistura de hidrocarbonetos em seus três estados (sólido, líquido e gasoso) e pequenas quantidades de enxofre, oxigênio e nitrogênio. Quando da extração do óleo de uma jazida, de petróleo, por uma questão de pressão e temperatura, parte do que é sólido se liquefaz e parte do que se encontra em estado líquido, transforma-se em gás. A conceituação do gás natural ou gás pressupõe todo o hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíficos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Assim, o gás natural é uma energia de origem fóssil, mistura de hidrocarbonetos leves entre os quais se destaca o metano (CH₄), que se localiza no subsolo da terra e é procedente de decomposição de matéria orgânica espalhada entre os extratos rochosos. Tal e como é extraído das jazidas, o gás natural é um produto incolor e inodoro, não é tóxico e é mais leve do que o ar. Além disso, é uma energia carente de enxofre e a sua combustão é completa, liberando como produtos o dióxido de carbono (CO₂) e vapor de água, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.

Uma vez extraído do subsolo, o gás natural deve ser transportado até as zonas de consumo. O transporte desde as jazidas até estas zonas é feito através de tubulações de grande diâmetro, denominadas gasodutos. Quando o transporte é feito por mar, e não é possível construir gasodutos submarinos, o gás é carregado em navios metaneiros. Nesses casos é liquefeito a 160°C abaixo de zero reduzindo seu volume em 600 vezes, possibilitando o transporte de maiores quantidades. No porto receptor o gás é descarregado em plantas ou terminais de armazenamento e é regaseificado.

Assim, permanece armazenado em grandes depósitos na pressão atmosférica e posteriormente é injetado na rede de gasodutos até os pontos de consumo. Todas essas instalações são construídas preservando-se o meio ambiente, sendo em grande parte subterrâneas, favorecendo a possível restituição da paisagem.

Diferentes utilizações do gás natural

Dentre as fontes de energia, o gás natural se caracteriza por sua eficiência, limpeza e versatilidade. O gás natural pode ser utilizado tanto nas residências, como no comércio e na indústria, não necessitando ser armazenado previamente, tratando-se de um combustível não poluente.

Fornos e Fogões

Os aparelhos para cozinhar com gás, como os fogões com ou sem forno, estão equipados com modernos sistemas de acendimento e segurança, que facilitam sua utilização. Os fornos de gás dispõem cada vez mais de um número maior de opções para oferecer produtos com mais qualidade. Em seus interiores o vapor de água gerado na combustão do gás permite que as refeições não fiquem ressecadas, mantendo todo o sabor.

Aquecedores

Os aquecedores de gás produzem água quente instantânea e sem limite. Estes aquecedores funcionam somente quando há necessidade de água quente, o que permite uma máxima economia da energia. Os aquecedores de acumulação armazenam água quente para quando houver necessidade de utilizá-la em vários pontos ao mesmo tempo e, em grandes quantidades.

Lavadoras de Roupas e de Louças

O gás natural também é aplicado nas lavadoras de roupas e louças, que utilizam a água aquecida por um aquecedor ou caldeira de gás, gerando economia de tempo e financeira.

Radiadores Murais, Lareiras e Churrasqueiras

O gás natural também permite aquecer os lares gerando máximo conforto. Os radiadores murais autônomos produzem um calor instantâneo no cômodo desejado, não consumindo o ar do interior da residência. As lareiras de gás natural têm uma chama real, não produzem resíduos, e são acesas automaticamente. No jardim, as churrasqueiras de gás natural oferecem a máxima limpeza, já que não produzem resíduos.

Comércio e Indústria

Nos comércios e nas indústrias o gás natural pode ser usado para qualquer processo de geração de frio ou calor, na co-geração de energia térmica e elétrica, e na geração própria de eletricidade. No comércio já é amplamente utilizado em padarias, restaurantes, hotéis, escolas de natação, etc.

Como combustível, o gás natural é utilizado nos processos e equipamentos industriais que precisam de uma energia térmica limpa, eficaz e econômica: em cerâmicas, vidraçarias, fornos em geral, fundições, tratamentos térmicos, etc.

O gás natural também permite climatizar e gerar frio para prédios e locais industriais, tanto como produzir gelo para pistas de patinação.

Co-geração

Outra aplicação de grande atualidade e com grande futuro é a co-geração. A co-geração com gás natural produz em conjunto energia

elétrica (ou mecânica) e calor útil para fábricas, centros de saúde e hotéis, assim como grandes complexos urbanísticos. A co-geração com gás natural reduz em grande medida a emissão de resíduos contaminantes.

O gás natural é também cada vez mais utilizado na geração de eletricidade nas centrais térmicas convencionais ou de ciclo combinado. Este processo permite economizar energia e além de tudo, diminuir os níveis de poluição.

O gás natural como combustível para a automação também é uma importante alternativa, viável, e eficiente na redução de emissão de poluentes atmosféricos, especialmente nas cidades com alta intensidade de trânsito.

Gás natural: a melhor energia do planeta

O gás natural é consumido em vários países há mais de 50 anos e cerca de 95% de quase todo o gás canalizado do mundo corresponde a gás natural. Este tipo de gás é uma das fontes de energia mais limpas que existe, uma vez que não produz resíduos em sua combustão e não polui o meio ambiente. É altamente valorizado em consequência da progressiva conscientização mundial da relação entre energia e meio ambiente.

O gás natural é uma energia que:

- se utiliza tal qual é extraída da natureza, chegando à casa do cliente sem nenhuma transformação;
- permite resolver os problemas energéticos e em consequência das grandes reservas existentes, possibilita seu desenvolvimento e expansão em diversos campos;
- dispõe de alto poder calorífico, quase duas vezes e meia maior que o do gás manufacturado;
- preserva o meio ambiente, pois a sua combustão não produz fumaça nociva, ajudando a reduzir a poluição da cidade;
- é versátil, com muitas aplicações como a lavagem e secagem de roupas, de louças, em ar condicionado, em veículos, na geração de energia elétrica, além das utilizações tradicionais.

8. Grupo econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

O controle da Companhia é exercido pelo grupo espanhol Gás Natural, composto pela Gas Natural SDG S/A e Gas Natural Internacional SDG S/A, que detém 54,2% das ações ordinárias da Companhia.

Abaixo a indicação completa dos acionistas, apontando-se os acionistas representados no Conselho de Administração, mesmo sendo acionistas minoritários.

Acionista	Quantidade de Ações	Percentual	Nacionalidade
Gas Natural Internacional SDG S.A	18.311.534.269	35,26%	Espanha
BNDESPAR	17.944.799.440	34,56%	Brasil
Gas Natural SDG S.A	9.814.982.372	18,90%	Espanha
Fundo de Investimentos Ações Dinamica Energia	4.560.642.413	8,78%	Brasil
Pluspetrol Energy S.A	1.171.938.192	2,26%	Argentina
Outros	123.649.787	0,24%	
Total	51.927.546.473		

b. controladas e coligadas

A Companhia não é controladora e nem possui participações acionárias em outras sociedades.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação em outras sociedades, nem mesmo nas sociedades sob controle comum, como acima destacado.

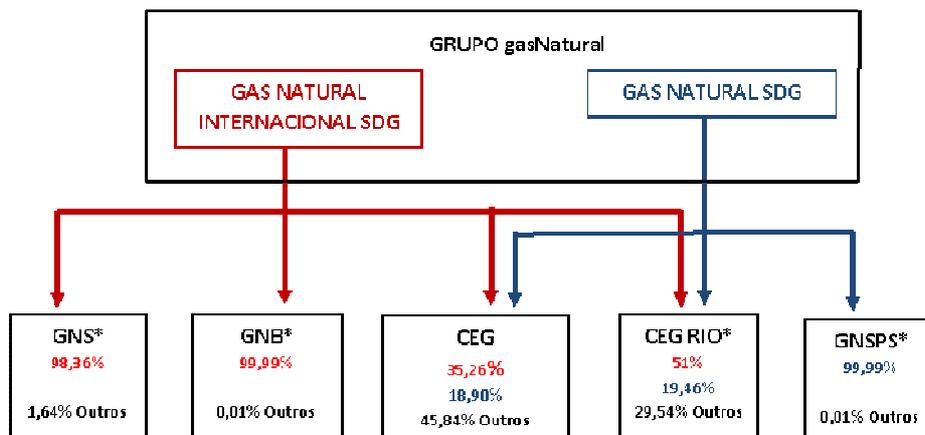
d. participações de sociedades do grupo no emissor

Outras sociedades sob controle comum não possuem participação na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

O Grupo Gás Natural também possui o controle acionário das seguintes Sociedades Anônimas, todas de capital fechado: CEG RIO S/A, Gás Natural Serviços S/A, Gas Natural São Paulo Sul S/A, e Gas Natural do Brasil S/A.

8.2. Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1



*S/A de Capital Fechado.

OBS: Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, CEG RIO S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A (GNSPS) são concessionárias de serviços públicos de distribuição de gás. As duas primeiras possuem concessão para distribuição de gás no Rio de Janeiro e a última possui concessão para distribuição de gás em região de São Paulo. As sociedades Gás Natural Serviços S/A (GNS) e Gás Natural do Brasil S/A (GNB) não são concessionárias de serviços públicos. As informações acima refletem a posição em 31/12/2009.

8.3. Descrever as operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo

Não houve operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo nos últimos três exercícios.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O crescimento sólido e rentável do modelo de negócios do Grupo Gas Natural nunca ficou tão evidente como em 2009, ano que se seguiu ao início da crise mundial, e que acabou por selecionar quais as empresas com potencial para suportar as condições econômicas mais variáveis e adversas possíveis.

Foi neste cenário desafiador que o Grupo Gas Natural concretizou sua fusão com a União Fenosa, passando a estar presente em 23 países, ser líder mundial de distribuição de gás em número de clientes – 20 milhões, sendo 10 milhões somente na América Latina – e ampliar as possibilidades no mercado de gás natural, liquefeito e de energia elétrica.

A confiança do Grupo nas estratégias adotadas estendeu-se à gestão das suas empresas no Brasil e resultou em números positivos para CEG, CEG RIO e Gas Natural SPS, que apresentaram lucro líquido de R\$ 394,3 milhões, valor 45,4% maior do que o do ano anterior.

E por acreditar na estabilidade dessas companhias, mais de R\$ 1 bilhão em investimentos estão previstos para os próximos cinco anos. No caso do Estado do Rio de Janeiro, esses recursos vão desenvolver novas atividades produtivas e acelerar o projeto de interiorização do gás natural.

9. Ativos relevantes

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

Total	1.360.584.038,35
CLASSE	VALOR CONTÁBIL EM 31/12/2009
SOFTWARE	23.211.578,34
INTANGÍVEL	1.339.453,88
TERRENOS	3.891.172,51
BENFEITORIAS	348.736,63
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.060.001,12
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.659.466,90
HARDWARE	4.547.447,68
VEÍCULOS	4.178.328,25
EDIFICAÇÕES	6.884.525,94
INSTALAÇÕES	404.824,22
REDE DE GÁS	1.067.184.230,88
DIFERIDO	240.874.272,00

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

ENDEREÇO	BAIRRO	MUNIC.	UF	TIPO DE PROPRIEDADE
Av. Pedro II - n.º 68	São Cristovão	Rio de Janeiro	RJ	Arrendamento
Pça. Mário Nazaré - n.º 15;19;s/n.º	São Cristovão	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Av. Presid. Vargas - n.º 2610	Cidade Nova	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Rua Jorn. Orlando Dantas - 44 / 44 fd.	Botafogo	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Rua Pedro Jório - n.º 415	Acari	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Rua Conde de Bonfim - n.º 645 / Lj. B	Tijuca	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Rua Raimundo Correia - n.º 40 / Ljs. C - D	Copacabana	Rio de Janeiro	RJ	Próprio
Rua Hermengarda - n.º 60 / Loja 08	Méier	Rio de Janeiro	RJ	Alugado
Av. Ayrton Senna - n.º 1850 / Ljs. M - N	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ	Alugado
Rua Visc. de Sepetiba - n.º 935 / Ljs. 111/122/124	Centro	Niterói	RJ	Alugado
Rua Dom Walmor, 383 / Lj. 8	Centro	Nova Iguaçu	RJ	Alugado
Alameda São Boaventura, nº 520	Fonseca	Niterói	RJ	Alugado
Rua Procópio Ferreira - Lote 01	Vila Lage	São Gonçalo	RJ	Próprio
Rod. Washington Luiz - n.º 8755		Duque de Caxias	RJ	Comodato
Estr. Rio-Magé, s/nº km 6,5 (BR-493)		Itaboraí	RJ	Concessão de Uso
Est. do Camboatá - Lote 02		Queimados	RJ	Próprio
Jard. Maracanã: QD 73: lotes 17; 18; 38; 39; 45; QD 91: lotes 1; 2; 3; 4 / QD 92: lotes 3; 4 QD 93: lotes 1; 2		Seropédica	RJ	Próprio

b. patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: **i.** duração; **ii.** território atingido; **iii.** eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; **iv.** possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor:

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

Sociedades em que a CEG tem Participação		
1. Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB	i. denominação social	Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB)
	ii. sede	Rua Major Ávila ,nº 358 - Tijuca - RJ
	iii. atividades desenvolvidas	Empresa Pública (Limpeza Urbana)
	iv. participação do emissor	41 ações
	v. se a sociedade é controlada ou coligada	Não é controlada e nem coligada
	vi. se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM (Companhia de Capital Fechado)
	vii. valor contábil da participação	R\$ 41,00 (quarenta e um reais)
	viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	n/a
	ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	n/a
	x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	n/a
	xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	Não recebeu dividendos
	xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação	As ações eram detidas pela companhia antes da desestatização, não possuem liquidez, e não há regra de recompra de tais ações pela companhia.

Sociedades em que a CEG tem Participação		
2. RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S/A	i. denominação social	RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S/A
	ii. sede	Praça Pio X, nº 119, 12º andar – Centro, RJ
	iii. atividades desenvolvidas	Empresa Pública (Desenvolvimento do Turismo no Município)
	iv. participação do emissor	409 ações
	v. se a sociedade é controlada ou coligada	Não é controlada e nem coligada
	vi. se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM (Companhia de Capital Fechado)
	vii. valor contábil da participação	R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais)
	viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	n/a
	ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	n/a
	x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	n/a
	xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	Não recebeu dividendos
	xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação	As ações eram detidas pela companhia antes da desestatização, não possuem liquidez, e não há regra de recompra de tais ações pela companhia.

Sociedades em que a CEG tem Participação	
i. denominação social	Serviços de Cogeração Carioca Ltda.
ii. sede	Avenida Vicente de Carvalho 909, Vicente de Carvalho, RJ
iii. atividades desenvolvidas	Projeção, implantação, operação e manutenção de central de cogeração de energia, prestação de serviços correlatos e locação de equipamentos.
iv. participação do emissor	380 quotas
v. se a sociedade é controlada ou coligada	Não é controlada e nem coligada
vi. se possui registro na CVM	Não possui registro na CVM (Sociedade Limitada)
vii. valor contábil da participação	R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)
viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários	n/a
ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil	n/a
x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados	n/a
xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais	Não recebeu dividendos
xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação	Locação de equipamentos de cogeração de energia.

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

As marcas utilizadas pela CEG estão protegidas por registro no INPI, contudo não estão registradas no ativo da companhia.

A principal marca comercial utilizada está registrada sob o nº 821065041 no INPI.

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2007 a Companhia completou o primeiro decênio após a privatização, com resultados positivos no período e no exercício findo naquele ano. Dentre os fatos mais marcantes do exercício, destacam-se: a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para o gás natural iniciado em 1998; redução do nível de endividamento da empresa se comparado com o exercício anterior (2006); o aumento das vendas no segmento automotivo; e a certificação da Companhia pela ISSO 90001/2000 e do Laboratório de Controle e Qualidade de gás pelo Inmetro.

Em 2008 os fatos mais marcantes foram: o aumento de 41% no volume de vendas, com destaque para as vendas de gás para geração de energia elétrica que foram 280% superiores ao exercício anterior (2007); a assinatura do novo contrato de suprimento de gás com a Petrobras, que estabeleceu uma política de preços e a flexibilização ao sistema de distribuição em situações de emergência; além disso, a companhia alcançou os melhores índices de segurança de sua história, tanto do ponto de vista laboral como do ponto de vista industrial, em matéria de distribuição e de utilização; foi também implantada a Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente (uma área exclusiva com o objetivo de atender aos clientes insatisfeitos com os canais de relacionamento convencionais), resultando na melhoria do índice de satisfação dos clientes que atingiu 88%.

Apesar da crise econômica, que teve início no final do ano e afetou o setor produtivo e a econômica mundial, a Companhia se manteve numa trajetória de crescimento, pautada pela orientação ao cliente, nos compromissos com resultados, na sustentabilidade e pela responsabilidade social corporativa.

Assim, apesar da recuperação da economia a partir do segundo semestre de 2009, o ano foi fortemente impactado pela crise econômica mundial, iniciada no segundo semestre de 2008. Este cenário gerou recuo da atividade industrial em todo país, (-5,5%), influenciada pela queda do dinamismo dos produtos tipicamente de exportação, particularmente as commodities (minérios de ferro e produtos siderúrgicos), e pelo forte ajuste na produção de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e de máquinas e equipamentos.

Mesmo diante de tensões financeiras e econômicas nunca vividas no mundo moderno globalizado, e que impactaram fortemente o resultado do PIB brasileiro em 2009 (0,2%). Apesar desta redução frente a 2008, quando o país crescera 5,1%, o Brasil foi indiscutivelmente um dos países menos afetados pela crise, ratificando o fortalecimento e a consolidação de seus fundamentos econômicos.

O volume diário de gás natural consumido em 2009 foi de 36,7 milhões de metros cúbicos, 26% abaixo de 2008. Esta redução foi provocada pela menor atividade industrial e pela situação hidrológica favorável, que tornou desnecessário o uso intensivo do insumo nas termoelétricas.

O setor industrial, fortemente afetado pelo freio na atividade econômica e pela falta de crédito para financiar novos projetos, registrou queda de 5,5 em 2009, a primeira retração desde 2001 (-0,6%) que foi o ano do racionamento de energia. O nível de investimentos para o setor apresentou recuo de 9,9%.

Apesar desta redução, as distribuidoras continuaram investindo em infra-estrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas. O mercado brasileiro encerrou o ano com 18.153,2 km de rede de distribuição e o número de clientes de gás natural chegou a 1 milhão e 740 mil.

Adicionalmente o país apresentou ótimas perspectivas de crescimento da oferta de gás natural a partir da entrada em operação de novos gasodutos e os projetos de importação de gás natural liquefeito (GNL) - sendo um em Pecém (CE) e outro na Baía de Guanabara (RJ). O primeiro com capacidade projetada de 07 milhões de metros cúbicos/dia e o segundo com capacidade que deve variar entre 14 e 22 milhões de metros cúbicos/dia.

As descobertas dos três primeiros campos do pré-sal - Tupi, Iara e Parque das Baleias também reforçaram as perspectivas de oferta futura do produto no mercado interno.

A aprovação da Lei do Gás, ainda que pendente de regulamentação, estabeleceu novo marco regulatório e modernizou e atualizou as regras para transporte, exploração, estocagem, processamento, liquefação, regaseificação e comercialização do gás natural no Brasil. A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; b. (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,77
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,25
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), e mesma quantidade de ações que integram o capital social, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem como fonte de financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e bancos comerciais. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. No ano de 2009 a companhia apresentou uma redução da dívida financeira bruta, de cerca de R\$ 118 milhões.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: operações de crédito de curto e longo prazo contratadas junto a bancos comerciais. Para essas linhas de crédito, a Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial que foi trocado (swap) para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.

(ii) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem como garantia, fiança bancária ao custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(iii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária ao custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida, da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados ("swap") para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia financia suas necessidades de recursos com sua geração de caixa operacional, com linhas de crédito de longo prazo do BNDES e o restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2009			2008			2007		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Curto prazo	55.003	219.926	(164.923)	53.673	300.283	(246.610)	8.467	287.573	(279.106)
Longo prazo	1.802	485.524	(483.722)	5.137	523.315	(518.178)	4.646	449.043	(444.397)
	<u>56.805</u>	<u>705.450</u>	<u>(648.645)</u>	<u>58.810</u>	<u>823.598</u>	<u>(764.788)</u>	<u>13.113</u>	<u>736.616</u>	<u>(723.503)</u>

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2009 com um custo médio de captação de 110,9% do CDI (104,4% - 31 de dezembro de 2008). A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		2009		2008		2007		
	Fn*	Lc*	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional								
Banco Itaú BBA S.A.		100%		11.571	29.140		46.873	16.666
BNP Paribas Brasil S.A.		100%	9.901		20.017	9.800	10.157	29.400
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	19.715	80.562	53.367	66.667	22.493	83.333
Banco Bradesco S.A.		100%		14.876	15.056		30.238	14.501
Banco Safra S.A.		100%	30.373	24.667		21.571		
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	23.349	49.600	24.779	72.000		
Banco HSBC S.A.		100%	8.372		12.085	8.333		
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.173	30.000	1.685	30.000		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		45.113	193.377	35.799	199.088	31.013	115.078
Banco Santander S.A.		100%	801	40.170	223	41.093		
Outros		100%	68.112	25.000	20.994	44.800	44.318	45.863
			<u>206.909</u>	<u>469.823</u>	<u>213.145</u>	<u>493.352</u>	<u>185.092</u>	<u>304.841</u>

* Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito

		2009		2008		2007		
	Fn*	Lc*	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(b) Em moeda estrangeira								
Banco Santander S.A.		100%			28.781		24.812	24.812
European Investment Bank – BEI	100%		10.798	15.966	11.249	26.755	33.386	77.904
Banco ABN AMRO Real S.A.		100%			42.621		40.982	37.421
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		1.559	554	2.430	1.878	3.301	4.065
			<u>12.357</u>	<u>16.520</u>	<u>85.081</u>	<u>28.633</u>	<u>102.481</u>	<u>144.202</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>219.266</u>	<u>486.343</u>	<u>298.226</u>	<u>521.985</u>	<u>287.573</u>	<u>449.043</u>

* Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

** Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com os bancos BNDES e BEI:

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial que foi trocado (swap) para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.

(ii) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem como garantia, fiança bancária ao custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(iii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária ao custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

Recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI):

Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida, da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados ("swap") para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembléia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A empresa contratou junto ao BNDES financiamento de R\$ 252 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2007 a 2009, tendo desembolsado até junho de 2009, o montante de R\$ 158,5 milhões. A previsão de desembolso para esse financiamento vai até fevereiro de 2010.

O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras e são contratados pontualmente conforme necessidade de caixa da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida: As receitas líquidas da Companhia apresentaram uma diminuição de 11,63% referente ao ano anterior, atingindo um total de R\$ 1.783.690 mil. Esta redução é um reflexo principalmente da queda da atividade industrial observada em 2009, resultante da crise econômica mundial ocorrida no período.

Lucro Bruto: O lucro bruto foi de R\$ 714.424 mil, superando em 26,77% o resultado obtido no ano de 2008, o que representa uma margem bruta de 40,05%, superior em 12 pontos percentuais ao apresentado no ano anterior.

Resultado Financeiro: O ano esteve ainda impactado pela crise financeira iniciada no último trimestre de 2008, o que influenciou a política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa básica de juros (Selic). Esse efeito, combinado com a redução da dívida da Companhia em 2009, teve impacto imediato nos gastos e o resultado financeiro, que em 2008 foi de R\$ 88.418 mil, chegou a R\$ 72.942 mil, representando uma queda de 17,5%.

Lucro Operacional: O lucro operacional de 2009 foi de R\$ 328.589 mil, superando o do ano anterior em R\$ 142.774 mil.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 226.708 mil, número que supera o alcançado no período anterior em R\$ 95.642 mil, e que equivale a um aumento de 72,97%, reflexo combinado da aplicação do IGPM (11,88%) e da Revisão Tarifária (11,32%) para o período de 2008 a 2012.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2009	2008	Variação(%)
Receita líquida das vendas e serviços	1.783.690	2.018.543	11,6
Lucro bruto	714.424	563.547	26,8
Lajida (Ebitda)	506.783	372.686	35,9
Lucro operacional	328.589	185.815	76,8
Lucro líquido do exercício	226.708	131.066	72,9

Lajida (Ebitda): O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 506.783 mil do ano supera em 35,98% o obtido em 2008, resultado da redução de custos operativos e aumento da margem de gás. Este resultado demonstra o comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete no crescimento médio anual do Lajida em 30,0% nos últimos cinco anos.

	2009	2008	Variação(%)
Lajida (R\$ mil)	506.783	372.686	35,9
Lucro antes do resultado financeiro	401.531	274.233	46,4
Depreciação e amortização	97.562	90.955	7,3
Perdas e Recuperação de Créditos	7.690	7.498	2,6

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG RIO), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENRSA.

Em 2009, com a conclusão do procedimento de revisão tarifária para o quinquênio 2008-2012, os resultados operacionais da companhia foram impactados em 11,32%. Além disso, o lucro líquido também foi positivamente afetado pela aplicação do IGPM, fixado em 11,88%.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em janeiro de 2006, as tarifas da CEG foram atualizadas conforme a variação do índice de inflação de 1,96%, ocorrida no período de 1º de dezembro de 2004 a 30 de novembro de 2005.

Com o objetivo de cobrir o impacto dos aumentos de 3,12% e 3,27% do custo de aquisição total do gás natural de produção nacional, em agosto e setembro de 2007 as tarifas foram reajustadas.

Em 1º de janeiro de 2008, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 6,23% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, sendo o aumento do custo de aquisição do gás natural de 10,35%.

Em 03 de abril, 1º de junho, 1º de julho, 1º de agosto, e 1º de novembro de 2008, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 5,53%, 8,67%, 19,25%, 6,76% e 6,22%, respectivamente.

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação de 11,88% ocorrido no período de 1º de dezembro de 2007 a 30 de novembro de 2008 as tarifas foram reajustadas em 1º de janeiro de 2009. Em fevereiro, maio, e novembro de 2009 ocorreram reduções do custo médio de aquisição do gás natural, diminuindo as tarifas nos referidos meses em 11,08%, 7,86% e 1,29%, respectivamente.

Adicionalmente, nos meses de junho e agosto de 2009 ocorreram aumentos de: 11,32% relativo à revisão tarifária, e 2,22% pelo aumento do custo de aquisição do gás natural de produção nacional.

Importante ressaltar ainda que, em 2009, o saldo do contas a receber apresentou um crescimento de 23,87% em relação ao ano anterior como consequência, principalmente, do reconhecimento do saldo a receber, calculado a valor presente, decorrente da aplicação da retroatividade da revisão tarifária (2008-2012), sendo R\$ 20.436 apresentados no curto prazo e R\$ 93.020 no longo prazo.

Os impactos nos resultados financeiros, nos últimos três exercícios, estão apontados no item 10.1.h deste Formulário de Referência, valendo destacar que em 2007, com a diminuição da dívida financeira (resultante de menores gastos com juros) e da reestruturação do passivo financeiro da Companhia (resultante da substituição de obrigações de longo prazo a custos mais baixos), o resultado financeiro representou impacto positivo. Já em 2008 e 2009, com a implementação da política monetária do Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da qual foi reduzida a taxa básica de juros (Selic), a companhia sofreu um impacto negativo.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2004 e 2005, a Companhia assinou dois termos aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Assim, a companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em 2009, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a obtenção de aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá.

Assim, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a Companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC aos municípios de Mangaratiba e Maricá, embora permaneça em estudo a expansão da rede para atendimento a esses municípios com gás canalizado.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve alterações relevantes na composição acionária da companhia em 2009 ou nos últimos três exercícios, sendo mantida a mesma configuração societária.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2007:

Conclusão, no dia 19 de julho de 2007, do Projeto de Conversão para gás natural, tendo sido convertidos 482.189 clientes desde 1998, com a desativação de estações de gás manufacturado. Embora a Companhia tenha realizado um plano de aproveitamento para os funcionários da fábrica de gás ligados ao projeto de conversão e à produção do gás manufacturado, pôde observar que o saldo das provisões para processos trabalhistas evoluiu de R\$ 19.667 de dezembro de 2006 para R\$ 26.120 em 31 de dezembro de 2007 (crescimento de 32,81%), em consequência do número de demandas trabalhistas por parte de ex-empregados de empresas terceirizadas, principalmente das áreas comercial e de conversão do gás manufacturado para gás natural, que tiveram seus contratos encerrados entre o final de 2006 e julho de 2007.

Em 2008:

Assinatura do novo contrato de suprimento com a Petrobrás que garantiu os volumes negociados durante o ano e que permitirá o atendimento de suas demandas até o ano de 2012 (prorrogado até 2014), o que representou uma média de 6,6 milhões de metros cúbicos/dia. O acordo estabeleceu uma nova política de preços do gás natural e introduz elementos de flexibilidade ao sistema de distribuição, em situações de emergência.

Em 2009:

Regularização de impostos atrasados do terreno da fábrica em 3,8 MR\$, eliminando um risco de cerca de 14,0 MR\$, em caso de uma eventual execução de cobrança judicial.

Venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo, pelo valor de 10,5 MR\$, cujo sinal de 10% do valor foi depositado na conta da CEG. O registro contábil da operação será realizado em 2010, devido ação judicial que questiona a venda do terreno (ainda sem decisão definitiva).

Medidas adotadas no plano de melhorias e eficiência que possibilitaram uma redução de cerca de 13,3% do OPEX, frente ao previsto no orçamento (181,0 MR\$ vs 208,7 MR\$).

Revisão quinquenal de tarifas pelo quinquênio 2008-2012, aprovada em junho/2009, implicando num aumento de margem de 11,32%, com impacto no resultado de 40,0 MR\$ de julho a dezembro de 2009 e aprovação em Agosto/2009 da retroatividade da RTI, referente ao período de 01/2008 à 06/2009, com impacto no resultado de 2009 em mais 100,7 MR\$, gerando um impacto total no resultado total de 2009 de 140,7 MR\$.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na lei 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*International Accounting Standard Board - IASB*". A aplicação da referida Lei e MP foi obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Instrumentos financeiros derivativos: a Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros ao valor justo (conforme notas 15 e 22 de suas Demonstrações Financeiras).

Ajuste a valor presente: em 2008, o efeito foi considerado imaterial pela administração da Companhia e, portanto, não foi reconhecido. Em 2009, o contas a receber de clientes registrados no curto e no longo prazos foram ajustadas a valor presente no montante de R\$ 28.877 (conforme nota 23.3 de suas Demonstrações Financeiras).

Ativo diferido: a Companhia optou pela manutenção do saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 até sua completa amortização. A partir de 2009, os gastos de natureza de ativo diferido estão sendo lançados no resultado do exercício, e em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 11.064.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor da venda de gás e serviços. A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Ativos fiscais diferidos: Consistem em imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25% e para a contribuição social - 9%. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Imobilizado: Demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota 12 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Terrenos não são depreciados. Os custos dos juros sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os outros custos de empréstimos são tratados como despesas. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Ativos intangíveis: Referem-se, principalmente, a programas de computador (softwares) e gastos de infra-estrutura (serviços de passagem). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia. As serviços de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (também conforme nota 13 das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Diferido: Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (conforme nota 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Obrigações de pensão: O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. Em atendimento à Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (conforme nota 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Obrigações pós-aposentadoria: A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Conversão de moeda estrangeira: Os itens em moeda estrangeira incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são primariamente mensurados usando-se a moeda que melhor reflete a relevância e a essência econômica dos eventos e das circunstâncias subjacentes ("moeda de medição"). Nas demonstrações financeiras da Companhia, os itens em moeda estrangeira são apresentados em reais (R\$), que é a moeda de medição da Companhia. As transações em moeda estrangeira são convertidas a partir das moedas de medição usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de despesas e receitas financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Até o momento não foram identificadas evidências que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Instrumentos Financeiros: A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente. A Companhia passou a registrar os efeitos do valor justo dos instrumentos financeiros a partir de 2008, como previsto pelo CPC 14, regulamentada pela deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar: **a.** como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; **b.** se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; **c.** caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: **a.** os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como: **(i)** arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; **(ii)** carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; **(iii)** contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; **(iv)** contratos de construção não terminada; **(v)** contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não sejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: **(a)** como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; **b.** natureza e o propósito da operação; **c.** natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão. Por se tratar de investimento recorrente, as cifras se situam entorno de MBRL 100.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto ao BNDES e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2008 e 2009 não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar: **a.** objeto da projeção; **b.** período projetado e o prazo de validade da projeção; **c.** premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; **d.** valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não divulga, e nem divulgou, nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções.

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: **a.** informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; **b.** quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; **c.** quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não divulga, e nem divulgou, nos 03 (três) últimos exercícios sociais, quaisquer projeções, assim, não há acompanhamentos e alterações relativas à projeções.

12. Assembleia geral e administração

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão e comitê

As atribuições da Diretoria (órgão) estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- O Diretor que possuir atribuições que contemplem relações com investidores, poderá acumular outras atribuições, de acordo com determinação do Conselho de Administração;
- Compete ao Diretor-Presidente o acompanhamento e fiscalização da implementação das determinações do Conselho de Administração e da política estratégica da Sociedade, bem como a coordenação e supervisão das atividades dos demais Diretores;
- Competem à Diretoria as atribuições fixadas em lei, observadas as demais normas deste estatuto, devendo as deliberações relativas às matérias constantes da letra (e) do Artigo 15 (abaixo apontada) e que se encontrem abaixo do limite ali fixado serem tomadas pela Diretoria;
- Compete ao Diretor Presente, em conjunto com outro Diretor, a nomeação e outorga de poderes aos Procuradores, para os fins estabelecidos neste Estatuto,
- É vedado aos Diretores e aos procuradores da Sociedade obrigar a mesma em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou conceder avais, fianças e outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, salvo quando se tratar de concessão de fianças em contratos de locação de imóveis destinados à moradia de diretores e/ou gerentes da Sociedade.

As atribuições do Conselho de Administração estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- (b) encaminhar à Assembléia Geral propostas de fusão, incorporação e cisão que envolvam a Sociedade;
- (c) autorizar a Sociedade a participar em outras sociedades;
- (d) orientar o voto da Sociedade nas reuniões de sócios-quotistas e nas assembleias gerais de acionistas de sociedades coligadas ou controladas;
- (e) autorizar a Diretoria a assumir qualquer responsabilidade ou obrigação pela Sociedade quando envolva valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e a exonerar terceiros do cumprimento de obrigações para com a Sociedade ou transações para prevenir ou por fim a litígios, ou não, quando envolva valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- (f) autorizar a alienação, a promessa de alienação ou a oneração de bens do ativo permanente;
- (g) escolher auditores independentes;
- (h) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (i) eleger, suspender e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade e fixar-lhes a remuneração, as atribuições e responsabilidades;
- (j) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados pela Sociedade ou em via de celebração;
- (l) manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o relatório e as contas da Diretoria;
- (m) autorizar a representação da Sociedade por 1 (um) de seus Diretores ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos do Artigo 19 deste Estatuto;
- (n) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral, a remuneração dos administradores, quando votada em verba global;
- (o) convocar, por seu Presidente ou por seu substituto indicado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 13, ou por 2 (dois) quaisquer de seus membros, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- (p) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, obedecidos aos limites legais e o disposto neste Estatuto;
- (q) outorgar poderes para procuradores que não os previstos no Artigo 19, Parágrafo Primeiro, deste Estatuto;
- (r) criar ou extinguir Diretorias, que possuirão sua denominação e atribuições determinadas pelo Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto;
- (s) autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*"); e,
- (t) resolver, quando delegado pela Assembléia Geral, sobre as condições de emissão de debêntures, conforme disposto no § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76 e autorizar a venda de debêntures, inclusive conversíveis em ações, de emissão da Companhia que estejam em tesouraria;

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal não é permanente. Nos três últimos exercícios foi instalado em 20/04/2007, 30/04/2008 e 28/04/2009.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação para o Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

Não há outros comitês instalados na Companhia.

Com relação aos membros das Diretorias, observar o item (e) a seguir.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

As atribuições das Diretorias, cuja atuação está sujeita à fiscalização pelo Conselho de Administração e acompanha pelo Diretor Presidente, como previsto no Estatuto Social, estão descritas no regimento interno, sendo abaixo descritas:

Diretoria Comercial: Dirigir as atividades necessárias para a captação e colocação em serviço de novos clientes, dentro do âmbito de Grandes Clientes, clientes residenciais e pequenas e medianas empresas, aplicando as políticas e critérios comerciais do Grupo. Realiza funções de marketing, responsabilizando-se pela publicidade e promoções. Se responsabiliza também pela venda de produtos e prestação de serviços em mercado não regulado.

Diretoria de Planificação de Ingressos e Regulação: Liderar as negociações com os reguladores locais, estatais e Federais, nos processos de revisão tarifária em todas as sociedades do Grupo no país, elaborar estudos que contribuam a conhecer o mercado energético global e local e que ajudem a fortalecer a visão estratégica corporativa identificando novas oportunidades de negócio, gerenciar e otimizar os aprovisionamentos de energia para todas as sociedades no país conforme o planejamento corporativo, planos estratégicos e marco regulatório. Cumprir a gestão comercial dos contratos de fornecimento e distribuição com os clientes termoeletrônicos no país (existentes ou potenciais), com a finalidade de assegurar que a estratégia do país é coerente e consistente com a estratégia do grupo e maximizam o valor da empresa.

Diretoria de Serviço ao Cliente: Desenhar, formular e aplicar as políticas orientadas a oferecer um serviço ótimo ao cliente, resolver as solicitações e reclamações recebidas pelos distintos canais de relacionamento com os clientes e gerenciar os processos de leitura, faturamento, cobrança; tanto em temas de morosidade como fraude, com o fim de alcançar o máximo nível de eficiência de serviço, satisfação e fidelização dos clientes.

Diretoria de Serviços Compartilhados: Liderar as funções de compras do País, prestando serviços gerais a diferentes áreas, responsabilizando-se principalmente dos meios internos e da Segurança Patrimonial e Pessoal, com o fim de alcançar os objetivos de rentabilidade, qualidade e segurança do Grupo.

Diretoria Técnica: Dirigir as operações e otimizar a eficiência dos ativos próprios do negócio de distribuição de gás, planejando a expansão do sistema de distribuição de gás construindo as infra-estruturas, e aplicar as políticas corporativas e critérios de engenharia e tecnologia, segurança e qualidade técnica, com o fim de garantir a segurança, qualidade e continuidade do fornecimento aos clientes.

Diretoria de Recursos Humanos: Aplicar, coordenar e controlar as políticas de Recursos humanos nos âmbitos de relações laborais, desenvolvimento de RH, formação, serviços de recursos humanos, remuneração e previdência privada para a Gas Natural e Filiais no país, conforme a legislação aplicável, as políticas corporativas e os princípios estratégicos do Grupo, com o fim de proporcionar o apoio necessário para o desenvolvimento do negócio localmente e garantir a coerência com os objetivos estratégicos. Também se responsabiliza pela segurança e saúde laboral aplicando as políticas de prevenção de riscos do Grupo.

Diretoria de Serviços Jurídicos: Coordenar e prestar serviços de assessoramento e gestão jurídica de todos os assuntos que ocorram no âmbito do país e reportar as eventuais situações de risco, conforme a legislação vigente, aspectos regulatórios e as diretrizes, políticas e estratégias do Grupo, com o fim de garantir que o Grupo Gas Natural no país atue em todo o momento dentro de um estrito cumprimento da legislação local, minimizando riscos jurídicos, de modo mais conveniente para a defesa de seus interesses e para que a corporação adote as medidas convenientes.

Diretoria de Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores: Aplicar as políticas em temas financeiros, fiscais, contábeis, de controle de gestão e de relacionamento com investidores, prestar serviços da função Econômico-Financeira a todas as sociedades do grupo no país conforme as diretrizes do Grupo definidas pela Direção Econômico Financeira e a legislação vigente do país, com o fim de garantir o adequado controle econômico financeiro do grupo e o apoio ao crescimento e rentabilidade.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não há mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração descrito no Estatuto Social.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia.

No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

Conforme lei 6.404/76, a convocação é publicada por três vezes em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembléia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Assim, a primeira convocação para assembléias é publicadas com 15 (quinze) dias de antecedência da data agendada para a realização do ato, e a segunda convocação é publicada com até 08 (oito) dias de antecedência, ambas em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembléia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

Além disso, as Convocações são enviadas aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia.

b. Competências

As atribuições da Assembléia de Acionistas estão descritas no Estatuto Social da Companhia, sendo abaixo descritas:

- A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses da cada ano para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem;
- A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, por um acionista eleito na mesma Assembléia, que convidará um acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos;
- Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembléia Geral;
- A Assembléia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Sociedade, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como delegar poderes decisórios ao Conselho de Administração, nos termos deste Estatuto e da legislação em vigor;
- As atas das Assembléias Gerais poderão ser publicadas por extratos, com sumário dos fatos ocorridos e transcrição das deliberações tomadas, observadas as disposições do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976;
- Caberá ao Presidente da Assembléia Geral, a pedido de acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa no acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade.
- A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.
- Compete à Assembléia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis para análise na sede da Companhia, situada no endereço: Av. Pedro II, nº 68, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, a contar da convocação para o ato ou publicação dos documentos da Administração.

Além disso, os documentos são enviados aos acionistas detentores de mais de 02% (dois por cento) das ações da Companhia independentemente de solicitação, na forma prevista na legislação societária.

Para aprovação das matérias em Assembléia Geral Ordinária – AGO a Companhia publica, integralmente os documentos da Administração em um dos jornais de grande circulação eleitos pela Assembléia de Acionistas e no Diário Oficial do Estado onde se localiza a Companhia.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não há no Estatuto Social da Companhia previsão de regras para identificação e administração de conflitos de interesses.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Tendo em vista que a Companhia não possui o controle pulverizado, não há solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Recepção da procuração, na sede da Companhia, para representação do acionista, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da Assembléia, não sendo aceitas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

- g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

- h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

- i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores mantém um canal direto de comunicação com os acionistas, obtendo um relacionamento próximo e freqüente, estando disponível para o recebimento de sugestões, informações, solicitações, propostas e pedidos de informações, com o objetivo de permitir a inclusão, e até mesmo a elaboração conjunta, sempre que possível, da ordem do dia que servirá como pauta para as Assembleias.

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação: **a.** do aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras; **b.** da convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras; **c.** da ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras; **d.** das demonstrações financeiras

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	19/03/2010
		Valor Econômico - SP	19/03/2010
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/04/2010
		Valor Econômico - SP	09/04/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/04/2010
			12/04/2010
			13/04/2010
		Valor Econômico - SP	09/04/2010
			12/04/2010
	13/04/2010		
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Estado - RJ	10/05/2010	
	Valor Econômico - SP	10/05/2010	
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	27/03/2009
		Jornal do Brasil - RJ	27/03/2009
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	13/04/2009
		Valor Econômico - RJ	13/04/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	13/04/2009
			14/04/2009
			15/04/2009
		Jornal do Comercio - RJ	13/04/2009
			14/04/2009
	15/04/2009		
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	09/06/2009	
	Jornal do Comercio - RJ	09/06/2009	
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	28/03/2008
		Jornal do Comercio - RJ	28/03/2008
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	14/04/2008
		Jornal do Comercio - RJ	14/04/2008
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	14/04/2008
			15/04/2008
			16/04/2008
		Jornal do Comercio - RJ	14/04/2008
			15/04/2008
	16/04/2008		
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	26/05/2008	
	Jornal do Comercio - RJ	26/05/2008	

a. do aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras

12.4. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. frequência das reuniões

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por 02 (dois) Conselheiros em caso de ausência do Presidente. A convocação deverá se feita por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Analisando-se o histórico de reuniões, observa-se a realização pelo menos trimestral do Conselho de Administração da Companhia.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionistas firmado em 27 de abril de 2000, arquivado na sede da Companhia, não prevê restrições ao direito de voto, sendo, contudo, previstas hipóteses legais e estatutárias de votação tendo-se em conta *quorum* qualificado, conforme apontado no item 18.2 do Formulário de Referência.

A seguir, transcrevemos as disposições do Acordo de Acionistas relativas ao direito de voto, também descritas no item 15.5 do Formulário de Referência:

“As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, têm direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igualou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.”

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

No Estatuto Social da Companhia não há previsão de regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não há, no estatuto da Companhia, cláusula compromissória para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: **a.** nome; **b.** idade; **c.** profissão; **d.** CPF ou número do passaporte; **e.** cargo eletivo ocupado; **f.** data de eleição; **g.** data da posse; **h.** prazo do mandato; **i.** outros cargos ou funções exercidos no emissor; **j.** indicação se foi eleito pelo controlador ou não.

MEMBROS ELEITOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Indicado pelo Controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Sérgio Aranda Moreno	51	Engenheiro	060.484.797-19	Presidente do Conselho	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Bruno Armbrust	49	Arquiteto	676.200.607-82	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	DIR	Sim
Francisco de Paula Lluch Rovira	61	Advogado	AB 855873	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Ramón Linares Morera	45	Empresário	BF 637169	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Salvador Peñarubia Sánchez	48	Economista	AA 119275	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Antoni Almela Casanova	52	Engenheiro	054.099.587-80	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	DIR	Sim
Ewald Possolo Correa da Veiga	51	Advogado	833.294.807-00	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
Maria Carmem Westerlund Montera	58	Economista	362.882.927-53	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
José Pais Rangel	69	Advogado	239.775.667-68	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG								
Eduardo Cardenal Rivera	41	Engenheiro	060.414.757-00	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	DIR	Sim
Angel Benedi Valle	39	Engenheiro	060.570.907-64	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	DIR	Sim
Jose Maria Margalef Badenas	50	Engenheiro	054.680.497-75	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	DIR	Sim
Mauricio Midón Pereira	42	Contador	20.481.156	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Pedro Alberto Campbell Alquéres	37	Advogado	024.837.327-71	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
Ronaldo Dias	64	Bancário	221.285.307-68	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não

DIR - Diretoria

MEMBROS ELEITOS AO CONSELHO FISCAL DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Indicado pelo Controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL								
Renato Achutti	52	Engenheiro Mecânico com especialização em finanças	334.651.420-04	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Felipe Kfuri Moreira da Silva	37	Advogado	028.532.207-96	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Ailton Pinto Siqueira	70	Banqueiro	006.936.346-34	Efetivo	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL								
Jayme Antonio Correa de Freitas	61	Contador	273.813.747-49	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim
Manuel Eduardo Lima Lopes	66	Contador	046.227.237-00	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Não
Paulo Andrade Rodrigues	63	Contador	093.083.427-53	Suplente	26/04/2010	26/04/2011	Não	Sim

DIRETORIA CEG

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Eleito pelo Controlador
Bruno Armbrust	49	Arquiteto	676.200.607-82	Dir. Presidente	15/03/2010	15/03/2011	CAE	Sim
Antoni Almela Casanova	52	Engenheiro	054.099.587-80	Dir. Geral	15/03/2010	15/03/2011	CAE	Sim
Kátia Valverde Junqueira	49	Advogada	908.884.487-91	Dir. de Serviços Jurídicos	15/03/2010	15/03/2011	Não	Sim
Angel Benedi Valle	39	Engenheiro	060.570.907-64	Dir. de Estudos e Regulação	15/03/2010	15/03/2011	CAS	Sim
Eduardo Cardenal Rivera	41	Engenheiro	060.414.757-00	Dir. Comercial	15/03/2010	15/03/2011	CAS	Sim
Jordi Gutierrez Oliver	44	Economista	054.433.577-51	Dir. de Serviços Compartilhados	15/03/2010	15/03/2011	Não	Sim
Jose Maria Margalef Badenas	50	Engenheiro	054.680.497-75	Dir. Técnico	15/03/2010	15/03/2011	CAS	Sim
Katia Brito Repsold	39	Engenheira	028.239.027-83	Dir. de Serviço ao Cliente	15/03/2010	15/03/2011	Não	Sim
Fernando Cezar dos Santos Camilo	51	Adm. de Empresas	547.896.807-20	Dir. de Recursos Humanos	15/03/2010	15/03/2011	Não	Sim
Diego Fernando Grimaldos Franco	45	Contador	060.481.127-69	Dir. Econômico Financeiro e de Rel. com Investidores	15/03/2010	15/03/2011	Não	Sim

CAE - Conselheiro de Administração Efetivo.

CAS - Conselheiros de Administração Suplente.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração instalados na Companhia ou previstos no Estatuto Social.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

SERGIO MANOEL ARANDA MORENO

Presidente do Conselho de Administração

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA

Nascido em Barcelona, Espanha, em 22.12.1948. Passaporte nº AB 855873 emitido pelo Governo da Espanha. Formado em Direito pela Universidad Barcelona em 1970, é executivo do Grupo GAS NATURAL SDG S/A na Espanha desde 1978, sendo Diretor de Serviços Jurídicos, Societários e Internacionais desde 1997. É membro do Conselho de Administração de diversas empresas na Espanha, Marrocos, Itália, Holanda e Brasil, entre elas a Companhia de Gás do Rio de Janeiro e da CEG RIO S.A.

SALVADOR PEÑARRUBIA SÁNCHEZ

Nascido em Albacete, Espanha, em 06.02.1962. Passaporte nº AA 119275, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Valência. Pós graduado pelo IESE foi professor de Controle de Gestão na Universidade Pontifícia de Comillas. Atuou na Arthur Andersen na área de auditoria e consultoria. Diretor Geral de Recursos responsável pela área Econômico-Financeiras e de Recursos da empresa Telepizza (Espanha). Ingressou no grupo União Fenosa em 2001 na área internacional como Diretor Econômico-Financeiro, tendo atuado na área administrativa financeira e de seguros, posteriormente sendo nomeado Diretor Econômico do Grupo, responsável pelas áreas de ativos fixos, sociedades financeiras, administração financeira, seguros, contabilidade e tesouraria. Atualmente é Diretor Econômico-Financeiro Internacional do Grupo Gas Natural-União Fenosa.

RAMÓN MANUEL LINARES MORERA

Nascido na Espanha em 05.07.1964. Passaporte nº BF 637169, expedido pelo governo da Espanha. Licenciado em Direito e formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade de Comillas (I.C.A.D.E.), é mestre em Economia e Direção de Empresa pela IESE, onde também fez curso superior de Negócio Energético. Ingressou na Union Fenosa (empresa integrante do Grupo Gás Natural, na Espanha) em 1993, como consultor sênior da área de serviços estratégicos, ocupou os cargos de gerente da área de investimentos internacionais, vice-presidente e CEO da Cambridge Water Y Cambridge Gas & Electricity (Union Fenosa Internacional), presidente executivo da Red Chisinau, Red Centru y Red Sud (Union Fenosa Internacional), atualmente ocupando os cargos de Presidente Executivo para América Central e Diretor de Desenvolvimento de Investimentos da União Fenosa Distribuição.

MAURICIO MIDON PEREIRA

Nascido na Argentina em 04.10.1968. Passaporte nº 20.481.156, expedido pelo Governo da Argentina. Contador Público Nacional, formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, onde também cursou a Escola Superior de Comércio "Carlos Pellegrini". Também fez cursos em Gerência Financeira pela Universidade de Los Andes (Bogotá) e em Finanças pela Universidade Del Rosario (Bogotá) e é Pós-Graduado em Economia e Finanças pela CPCECABA. Ingressou no Grupo Gas Natural em 1993, atuando na Diretoria Econômico-Financeira da Gas Natural BAN S/A (Argentina), já tendo ocupado também os cargos de Gerente de Administração Fiscal na Gas Natural ESP S/A (Colômbia), Gerente de Finanças na Gas Natural BAN (Argentina), Chefe de Departamento de Gestão Societária Internacional da Diretoria Geral Internacional da SDG S/A, atualmente ocupando o cargo de Vice-Diretor de Gestão de Carteiras e Análise de Investimentos, Gestão e Estratégia de Desenvolvimento.

EWALD POSSOLO CORREIA DA VEIGA

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 09.03.1959. CPF/MF nº 833.294.807-00. Formado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Inscrito na American Bar Association desde 1989, com LL.M pela Universidade de Indiana, EUA, em 1986. Sócio do Escritório Ulhoa Canto, Rezende e Guerra.

MARIA CARMEN WESTERLUND MONTERA

Nascida em 28.01.1952. CPF/MF sob o nº 362.882.927-53. BNDESPAR. Economista, formada pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes, é também bacharel em Letras (PUC-RJ), com MBA pela Coppead/UFRJ e curso de especialização em mercado de capitais na FGV/EPGE. Ingressou na Ibrasa-Investimentos Brasileiros S.A em 1976, trabalhando na Divisão de Planejamento. Ao longo de sua carreira trabalhou com análise de investimentos, atuando em departamentos de análise e acompanhamento na BNDESPAR, nos setores de bens de consumo, varejo, agronegócios e telecomunicações, atuando como gerente (1987-1999) e como representante em órgãos de administração das empresas investidas. Em 2004 chefiou o Departamento de Comunicação e Cultura do BNDES. Atualmente é responsável pela análise e acompanhamento de investimentos da BNDESPAR em empresas e em fundos de investimento em infra-estrutura, com ênfase nos setores de petróleo e gás e em outras fontes de energia e transporte aéreo.

JOSÉ PAIS RANGEL

Nascido em setembro de 09.09.1940. CPF/MF n.º 239.775.667-68. Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Atuou no Banco Central do Brasil entre 1961 e 1991. Foi Coordenador do Projeto do Sistema SELIC no Mercado Financeiro Brasileiro, e assessor da Comissão Especial de Desestatização – SEPLAN – da Presidência da República. Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A. Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (cargo atual). Membro Titular do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A. (cargo atual). Administrador de Fundo de Investimentos credenciado pela CVM. Gestor do Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (patrimônio líquido R\$ 3 bilhões) (cargo atual). Membro do Conselho de Administração da Dinâmica Energia S.A. Diretor da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial (cargo atual). Fundador e Membro do Conselho de Curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada. Coordenador do Programa de Desestatização de empresas de capital aberto controladas pelo Banco Central do Brasil. Presidente do Conselho de Administração da Cia. América Fabril. Membro Titular do Conselho de Administração da Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel. Presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

PEDRO ALBERTO CAMPBELL ALQUERÉS

Nascido no Rio de Janeiro em 17.08.1972. CPF/MF sob o n. 024.837.327-71. Formado em Direito pela Universidade Santa Úrsula (1996) tendo ainda cursado a escola de engenharia da UFRJ. Atua como advogado do escritório Ulhoa Canto Rezende e Guerra Advogados desde 1997 com especialização nas áreas de Direito Societário, Comercial, Tributário e Contratual. É membro da OAB/RJ desde 1997 e da Associação dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro. Vogal da Junta Comercial do Rio de Janeiro indicado para o período 2008-2012.

RONALDO DIAS

Nascido em 09.12.1946. CPF/MF nº 221.285.307-68. Eleito pelo acionista Fundo de Investimentos de Ações Dinâmica Energia. Contador formado pela Faculdade Moraes Júnior em 1976. Aposentado do Banco Central do Brasil, onde exerceu atividades de 1980 a 1998. Diretor de Administração e Finanças do RIOPREVIDÊNCIA em 2002. Ouvidor do Banco Clássico S.A. desde 2007.

BRUNO ARMBRUST (Diretor Presidente)

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 1961. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades.

ANTONI ALMELA CASANOVA (Diretor Geral)

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1957. Formado em Engenharia Industrial pela escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, da Universidade Politécnica da Catalunha. Mestre em Gestão e Direção de Empresas pelo Instituto Catalão de Tecnologia. Atualmente é Diretor de Gestão de Ativos da empresa Gas Natural Distribuição SDG S/A, ingressou no grupo Gas Natural em 1981, já tendo atuado nas áreas de Construções de redes, Distribuição, Serviços a Clientes, Serviços Técnicos e Conexões, Projetos e Desenvolvimento ocupando cargos de Chefe de Serviços e de Diretor Comercial Residencial da CEG.

KÁTIA VALVERDE JUNQUEIRA (Diretora de Serviços Jurídicos)

Nascida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1960. Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Graduada em Direito Empresarial pelo Instituto Metodista Bennett. MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior da Empresa. Professora Universitária. Ingressou no grupo Gas Natural em 1998, como advogada sênior do Departamento Jurídico da CEG. Ocupou o cargo de Gerente de Assuntos Regulatórios.

ANGEL BENEDI VALLE (Diretor de Estudos e Regulação)

Nascido em Zaragoza, Espanha, em 1971. Eleito Diretor de Estudos e Regulação da CEG em 18/07/2007. Formado em Engenharia Industrial com especialidade em Eletricidade CPS Ingenieros Universidad de Zaragoza – Espanha, em 1995. Ingressou no Grupo GAS NATURAL em 1997 (através da GAS NATURAL SDG), no qual atuou como: Engenheiro de Projeto e Desenvolvimento Internacional (1997/2000) em Madrid, Espanha; Gerente de Aproveitamento de Gás e Tarifas da GAS NATURAL MÉXICO S.A. (2000/2003), no México, aonde também atuou como Diretor de Planificação e Desenvolvimento; Responsável pelo Desenvolvimento Corporativo – Projetos da GAS NATURAL SDG (2006), na Espanha; Responsável pela Regulação latino América (2006/2007).

EDUARDO CARDENAL RIVERA (Diretor Comercial)

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1968, formado em engenharia industrial pela Escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona, em 2008 concluiu especialização na IESE Business School – SP. Ingressou no Grupo Gas Natural em 1998, atuando como Gerente Comercial na Gas Natural México (1998-2000), Gerente de Grandes Cliente na Gas Natural Metrogas – ME (2000-2002), Gerente de Assistência Técnica à Clientes (2002-2003), Gerente Comercial na Gas Natural COML – Madri (2003-2006), atual Diretor Geral da Companhia Gas Natural São Paulo Sul (a partir de 2007), e em 2009 indicado para o Cargo de Diretor Comercial da Companhia Distribuidora de Gas do Rio de Janeiro – CEG e da CEG RIO.

JORDI GUTIERREZ OLIVER (Diretor de Serviços Compartilhados)

Nascido em Barcelona, Espanha, em 1965. Formado em Ciências Empresariais pela Universidad de Barcelona em 1996. Posteriormente fez especialização no IESE do Rio de Janeiro e atualmente cursa pós-graduação em Gás Natural na PUC. Trabalha no Grupo Gas Natural desde 1987, trabalhando na CEG como Gerente de Compras até o ano de 2004. Atuou como Gerente Geral de Gás Natural Serviços S/A e atualmente é Diretor de Serviços Compartilhados da CEG.

JOSÉ MARIA MARGALEF BADENAS (Diretor Técnico)

Nascido em Barcelona em 11/05/1959. Eleito Diretor Técnico da CEG em 23/10/2006. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Politécnica da Catalunha em 1983. Ingressou no Grupo GasNatural em 1985, quando a Companhia em que trabalhava (Corberó S.A) foi incorporada. Ocupou diversos cargos técnicos e de direção no Grupo GasNatural, tendo sido, na CEG, Gerente de Projeto de Conversão e de Distribuição.

DIEGO FERNANDO GRIMALDOS FRANCO (Dir. Econ.Financeiro e Rel. com Investidores)

Nascido em Bucaramanga, Colômbia, em 1965. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Santo Tomás, Colômbia em 1988, MBA em Administração de Empresas na Universidade Santo Tomás em 1995 e Especialista em Finanças pela Universidade de Bucaramanga em 1997. Atua na área econômico-financeira. Ingressou no Grupo Gás Natural em 1997 onde atualmente exerce a função de Diretor Econômico-Financeiro, tendo passado por diversas empresas tais como La Constancia S/A (1995) no cargo de Gerente Administrativo Financeiro e Transejes S/A (1993) no cargo de Contador.

FERNANDO CESAR DOS SANTOS CAMILO (Diretor de Recurso Humanos)

Nascido no Rio de Janeiro em 1958. Formado em Matemática em 1982 e em Administração de empresas em 1989. Pós-graduação em Recursos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RIO em 1992. Atua na área de recursos humanos há mais de 10 anos, tendo passado por empresas como Castrol Brasil LTDA (empresa do Grupo BP – British Petroleum) e Grupo CAEMI – Minerações Brasileiras Reunidas-MBR e Sul América Seguros. Está ingressando no grupo Grupo Gas Natural assumindo o cargo de Diretor de RH.

KATIA BRITO REPSOLD (Diretora de Serviço ao Cliente)

Nascida no Rio de Janeiro em 1971. Formada em Engenharia Industrial Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1992 e Mestrado em Tecnologia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) em 1999. Atua na área de assistência a clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. E CBV Indústria Mecânica S/A, está no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 2001, onde atualmente é Diretora de Serviço ao Cliente.

CONSELHO FISCAL**RENATO ACHUTTI**

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

AILTON PINTO SIQUEIRA

Nascido no Rio de Janeiro em 03.08.1939. CPF/MF sob o nº 006.936.346-34. Atuou no Banco Crédito Real de Minas Gerais de 1959 a 1960 e no BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1960 a 1989, onde se especializou em contabilidade, ocupando os cargos de Inspetor, Auditor, Gerente de Agência e Gerente Geral de Planejamento, integrou a Comissão para exame de reabertura da Fábrica de Tecidos Nova América junto com membros no BNDES e Banco do Brasil, ingressou no Banco Clássico em 1990, sendo nomeado Diretor em 1998, e também ocupa o cargo de Diretor da Dinâmica Energia S/A, além de ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal da Tractebel Energia S/A.

JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS

Nascido no Rio de Janeiro em 1949. CPF/MF sob o nº 273.813.747-49. Formado em Contabilidade e Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior. Trabalhou na Sul America Terrestres Marítimos e Acidentes de 1974 a 1979 como chefe de seção de classificação e análises; Supervisor contábil e posteriormente Gerente de Contabilidade da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros de 1979 até a presente.

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943. CPF/MF n.º 046.227.237-00. Formado em Contabilidade (1966) e Direito (1982) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de contabilidade da FEBRABAN e ASBACE, atuou no BANERJ, Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1965 a 1994, tendo exercido cargos de auditor, superintendente de contabilidade entre outros, atuou também no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) como gerente de controle entre 1998 e 2001, além de desempenhar cargos de consultor e diretor de instituições financeiras, notadamente o Banco Clássico. Diretor do IBRACON e Professor Universitário da Faculdade Moraes Junior (Curso de contabilidade).

PAULO ANDRADE RODRIGUES

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Todos os membros da Administração e do Conselho Fiscal, ao tomarem posse de seus cargos, declaram não estar inseridos em quaisquer das hipóteses acima identificadas.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor. c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há nenhuma das relações de parentesco entre os membros da Administração e do Conselho Fiscal, nos parâmetros acima identificados.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia

- b. controlador direto ou indireto do emissor

Há subordinação entre a Diretoria da Companhia (todos os membros conjuntamente reunidos) e a Diretoria Geral para a América Latina, mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Todos os administradores da companhia são cobertos por apólice de seguro de Responsabilidade Civil (D&O), com abrangência mundial. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não outras informações relevantes.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que fixada pela Assembléia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.

b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o atingimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilização dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembléia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** remuneração segregada em: **(i)** remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore; benefícios diretos e indiretos; remuneração por participação em comitês; outros; **(ii)** remuneração variável, segregada em: bônus; participação nos resultados; comissões; outros; **(iii)** benefícios pós-emprego; **(iv)** benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; **(v)** remuneração baseada em ações.

A companhia não possui política de remuneração baseada em ações (não há remuneração baseada em ações). Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos acima requeridos, razão pela qual, deixam de ser informados, apontando-se apenas a remuneração fixa anual global.

Remuneração do Conselho de Administração CEG* (R\$)			
O Conselho de Administração possui 12 membros, atualmente funcionando com 9 membros			
Global ao ano			
2007	2008	2009	2010
216.000,00	225.633,60	238.896,00	249.192,42
* Total de 09 membros			

Remuneração do Conselho Fiscal CEG* (R\$)			
O Conselho de Administração possui 03 membros			
Global ao ano			
2007	2008	2009	2010
82.512,00	86.191,92	91.260,00	95.193,31
* Total de 03 membros			

Diretoria Executiva	2009 (R\$)	2010 (estimado)
Número de membros	10	10
Remuneração Fixa Anual (em Reais)	6.352.611	6.041.999
Salário ou pró labore	5.332.043	5.133.040
Benefícios diretos e indiretos	1.020.568	908.959
Remuneração por participação em comitês	0	0
Outros	0	0
Remuneração Variável (em Reais)	414.076	1.027.007
Bônus	280.803	656.577
Participação nos Resultados	0	0
Remuneração por participação em reuniões	0	0
Comissões	0	0
Outros	133.273	370.430
Benefícios pós-emprego	42.818	45.387
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0
Valor por órgão da remuneração	0	0
T o t a l	6.809.505	7.114.393

13.3 Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação ao bônus: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; **d.** em relação à participação no resultado: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Diretoria Executiva	2009 (R\$)	2010 (estimado)
Número de membros	10	10
Bônus	280.803	656.577
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	55.886,00	29.126,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	134.737,00	147.202,00
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não Há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não Há	Não há
Outros	133.273	370.430

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho quer vinculada a lucros e resultado.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: **a.** termos e condições gerais; **b.** principais objetivos do plano; **c.** forma como o plano contribui para esses objetivos; **d.** como o plano se insere na política de remuneração do emissor; **e.** como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; **f.** número máximo de ações abrangidas; **g.** número máximo de opções a serem outorgadas; **h.** condições de aquisição de ações; **i.** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; **j.** critérios para fixação do prazo de exercício; **k.** forma de liquidação; **l.** restrições à transferência das ações; **m.** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; **n.** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a Companhia não possui regra de remuneração para nenhum órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, além das ações ordinárias.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	22.800.007
Diretoria Executiva	30.848
Conselho Fiscal	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação a cada outorga de opções de compra de ações: **(i)** data de outorga; **(ii)** quantidade de opções outorgadas; **(iii)** prazo para que as opções se tornem exercíveis; **(iv)** prazo máximo para exercício das opções; **(v)** prazo de restrição à transferência das ações; **(vi)** preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; **d.** valor justo das opções na data de outorga; **e.** diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **(i)** quantidade; **(ii)** data em que se tornarão exercíveis; **(iii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iv)** prazo de restrição à transferência das ações; **(v)** preço médio ponderado de exercício; **(vi)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **d.** em relação às opções exercíveis: **(i)** quantidade; **(ii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iii)** prazo de restrição à transferência das ações; **(iv)** preço médio ponderado de exercício; **(v)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **(vi)** valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação às opções exercidas informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de exercício; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; **d.** em relação às ações entregues informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de aquisição; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas;

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: **a.** modelo de precificação; **b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; **c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; **d.** forma de determinação da volatilidade esperada; **e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** nome do plano; **d.** quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; **e.** condições para se aposentar antecipadamente; **f.** valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **g.** valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **h.** se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Diretoria Executiva	
Número de membros	11
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2009, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 172.929,11
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2009, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 54.469,00
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2009 foi de R\$ 111.028,00 (Reserva de Poupança). No ano 2009 sua contribuição para o plano foi de R\$ 12.832,00. O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 03 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10 , 15 ou 20 anos.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: **a.** órgão; **b.** número de membros. **c.** valor da maior remuneração individual; **d.** valor da menor remuneração individual; **e.** valor médio de remuneração individual.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Diretoria Executiva	2009 (R\$)	2010 (estimado)
Valor da maior remuneração anual R\$	1.078.838,00	1.327.116,00
Valor da menor remuneração anual R\$	227.376,00	370.540,00
Valor médio da remuneração anual R\$	680.950,00	711.439,00

OBS: Os valores indicados incluem benefícios de qualquer natureza.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor .

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há pagamentos aos membros da administração nas condições acima especificadas, devendo-se observar as informações prestados no item 13.15, deste Formulário de Referência.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia, sendo certo que não integram comissões e não prestam de serviços de consultoria ou assessoria.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global ao ano			
2007	2008	2009	2010**
137.520,00	14.653,20	152.100,00	158.655,51

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global ao ano			
2007	2008	2009	2010**
192.528,00	201.114,48	212.940,00	222.117,71

* Total de 07 membros **Proposta

Alguns membros da Diretoria recebem remuneração do grupo controlador, por se tratarem de Diretores expatriados, que residem no Brasil somente em razão do exercício do cargo.

Diretoria Executiva	2009 (R\$)	2010 (estimado)
Valore recebidos do Controlador a título de remuneração (Diretores expatriados)	2.078.516,00	2.149.880,00

OBS: Os valores consideram benefícios de qualquer natureza.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A respeito dos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 deste Formulário de Referência, a Companhia entende necessário destacar que não possui nenhum plano ou tipo de remuneração baseado em ações.

Vale ressaltar, como informado no item 13.5 deste Formulário de Referência, que, em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Nenhum dos Conselheiros Fiscais possui ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	22.800.007
Diretoria Executiva	30.848
Conselho Fiscal	0

14. Recursos humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações: **a.** número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); **b.** número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica); **c.** índice de rotatividade; **d.** exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

		Recursos Humanos					
		Total por grupos com base na atividade desempenhada			Total por localização		
		2009	2008	2007	2009	2008	2007
Número de empregados	Diretivos (empregados)	78	82	61	79	82	61
	Administrativo	45	50	56	45	50	56
	Técnico	311	320	356	311	320	356
Número de Terceirizados	Administrativo/apoio	*	*	263	*	*	*
	Área Técnica	*	*	78	*	*	*
	Área Comercial/Serv. cliente	*	*	32	*	*	*
Índice de rotatividade		12,4%	21,2%	20,7%	12,4%	21,2%	20,7%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas (quantidade de processos trabalhistas)		1.805	1.529	1.353	1.805	1.529	1.353

Nos contratos de prestação de serviços, há cláusulas que prevêm a obrigatoriedade da comprovação do adimplemento com as obrigações laborais e fiscais. O último levantamento acerca do número de prestadores de serviços / terceirizados (que prestam serviços dentro das dependências da empresa no município do Rio de Janeiro), foi feito em 2007.

Em relação à exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas, é importante ressaltar que o conjunto de ações que têm sido implementadas, desde o segundo semestre de 2008, representou uma redução do passivo trabalhista em 3% em 2009 comparado com 2010 e está previsto uma redução de 10% em 2010 comparado com 2009.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

A Companhia não observou alterações relevantes com relação aos números divulgados na descrição dos recursos humanos apontada no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da CEG é baseada na classificação de cargos em níveis de responsabilidade. Cada cargo possui um nível associado, ao qual é atribuída uma faixa salarial.

As movimentações salariais podem decorrer dos seguintes motivos:

- Reajuste Salarial – Reajuste concedido através de análise de posicionamento salarial na faixa e desempenho apresentado pelo empregado. Não resulta em alteração de cargo.
- Promoção – Movimentação na qual o empregado passa a ocupar uma posição de nível superior a atual.
- Transferência – Movimentação em que o empregado passa a ocupar uma posição em outra área da empresa, resultando ou não em aumento salarial.

A política de remuneração variável se aplica a dois grupos na empresa:

- Diretores, Gerentes e Chefes – A política de remuneração variável deste grupo é baseada no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Ademais, a remuneração deste grupo também é baseada na avaliação individual, que leva em conta os critérios de: Trabalho em equipe, Gestão de pessoas, Orientação ao Cliente interno e externo e Preparação para a integração de novas sociedades ao Grupo.
- Área de Vendas – Política baseada em indicadores de captação de clientes, rentabilidade, prazo de carteira e consumo. É restrita aos empregados que atuam diretamente na captação de clientes residenciais e industriais.

b. política de benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia oferece 20 tipos de benefícios a seus empregados, os quais estão a seguir indicados:

1. Assistência Médica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes legais para prestação de serviços de assistência médica e hospitalar. Possui cobertura ambulatorial e hospitalar. O atendimento é através de rede credenciada ou livre escolha, com reembolso.
2. Assistência Odontológica: Benefício concedido aos empregados e seus dependentes para prestação de serviços odontológicos. Possui cobertura ampla e atendimento na rede credenciada do plano e no Consultório odontológico localizado no setor de Medicina do Trabalho da empresa.
3. Auxílio Creche: Reembolso das mensalidades pagas por mães ou pais empregados à entidades especializadas na guarda, alimentação, higiene, conforto, segurança e assistência educacional dos filhos e enteados comprovadamente reconhecidos. Valores fixados em Acordo Coletivo de Trabalho.
4. Auxílio a pais e mães empregados que possuem filhos excepcionais: Pagamento mensal, através da folha de pagamento, de valor estabelecido em acordo coletivo, para realização de tratamento especializado aos empregados (as) que possuem filhos, enteados ou tutelados que sejam excepcionais.
5. Auxílio Funeral: Reembolso das despesas, em caso de falecimento do empregado (a) ou por falecimento de seus dependentes. O valor limite do reembolso é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
6. Auxílio Medicamentos: Este auxílio corresponde a 50% do custo com medicamentos necessários a tratamentos decorrentes de doenças originadas de acidente de trabalho reconhecido pela empresa e doenças crônicas, assim definidas em Acordo Coletivo de Trabalho.
7. Auxílio doença e Acidente de Trabalho: Os empregados que sofrerem redução da capacidade laborativa, em decorrência de acidente de trabalho, desde que não estejam aposentados por invalidez, receberão treinamento pago pela empresa, se o INSS não tiver condições de proceder a sua readaptação.

8. **Bolsa de Estudos:** Auxílio para participação em cursos de capacitação e qualificação profissional dos empregados e seus dependentes. O reembolso corresponde a 70% do valor da mensalidade de cada empregado, com um limite estabelecido em cada Acordo. O Procedimento encontra-se disponível para consulta a todos os funcionários por meio da rede interna de computadores. A empresa dispõe de um comitê que avalia todas as solicitações e define os contemplados por meio dos seguintes critérios:
- Cursos que atendam aos objetivos do Plano Estratégico da empresa ou do grupo;
 - Cursos que estejam voltados às atividades do empregado;
 - Avaliação de desempenho do empregado realizada no último ano;
 - Empregado que tenha cursado algum curso técnico, de nível superior ou de pós-graduação e que estejam com matrícula do curso paralisada ou trancada;
 - Empregado que não possua curso técnico, superior ou pós-graduação.

Por meio desse programa a empresa firmou parceria com a Universidade Santa Úrsula que viabilizou a realização do curso de Pós-Graduação em Engenharia – Utilização e Distribuição de Gás Natural. Trata-se do único curso de especialização do Rio de Janeiro voltado exclusivamente para o negócio da empresa. Desde o início do programa em 1999, 187 bolsas já foram concedidas aos empregados.

9. **Campanha de vacinação:** Anualmente a empresa promove campanha de vacinação contra a gripe, disponibilizada gratuitamente a todos os empregados.
10. **Cesta Básica:** Benefício mensal concedido por meio de cartão magnético aos empregados de menores salários, para compra de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica de alimentos. Os valores dos tetos salariais para ter direito a este benefício e o valor do benefício, são fixados no Acordo coletivo de Trabalho.
11. **Complementação de Auxílio doença (Previdenciário ou Acidentário):** Benefício concedido aos empregados afastados de suas atividades laborativas, em gozo de auxílio- doença previdenciário ou auxílio- doença acidentário concedido pela Previdência Social, e que não sejam participantes do GASIUS. Estes empregados farão jus, à custa da empresa, à complementação mensal do benefício previdenciário, por um período máximo de 24 meses. A complementação corresponde a 80 % da diferença entre as 12 últimas remunerações e o valor do benefício do INSS. É facultado, à empresa, após o 6º mês de pagamento da complementação, requerer que o empregado se submeta à exame do médico da previdência e/ou conveniado, podendo suspender o pagamento em caso de recusa do empregado.
12. **Desconto na conta de Gás Residencial:** Todo empregado tem direito a desconto de 20% na conta de gás residencial.
13. **Empréstimo emergencial:** A empresa concede, sem incidência de encargos financeiros, Empréstimo Emergencial, com o propósito de auxiliar financeiramente, seu empregado e sua família, em momentos de adversidade. A verba a ser emprestada e as parcelas para desconto, são definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
14. **Empréstimo para compra de material escolar:** Empréstimo oferecido pela empresa, nos três primeiros meses do ano, sem incidência de encargos financeiros, visando à aquisição de material escolar, sendo beneficiados os empregados e seus dependentes. A verba a ser emprestada e as parcelas para desconto, são definidas no Acordo Coletivo de Trabalho.
15. **Licença Maternidade:** Licença maternidade ampliada para 6 meses. Empresa aderiu ao programa empresa cidadã.
16. **PLR:** Anualmente é discutido entre a empresa e o sindicato Representante dos empregados, metas para o programa de PLR – Participação nos Lucros e Resultados. As metas do programa são discutidas entre a empresa e o sindicato e são fixadas a partir de critérios objetivos. O programa do ano de 2009 contempla as seguintes metas: (a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social;
- (b) acréscimo do número anual de clientes;
 - (c) redução do índice de absenteísmo; e
 - (d) índice satisfação global dos clientes.

17. Previdência Privada: Plano de Previdência complementar de aposentadorias do tipo CD – contribuição definida. A Contribuição é paritária (básica e adicional) e de acordo com a escolha do empregado, porém obedecendo um teto estabelecido no Regulamento do Plano de Benefícios. A empresa aportará igual valor àquele feito pelo empregado, para crédito na conta do Plano em nome do titular do Plano.
18. Serviço de ambulância móvel: Serviço contratado pela empresa, a fim de atender aos empregados nas situações de urgência e emergência, quando os mesmos estiverem nas dependências da empresa ou a serviço da mesma, através de contato telefônico com a Central de Atendimento do Serviço.
19. Seguro de vida em grupo: Benefício custeado, integralmente, pela empresa, com inclusão automática, que garante, em caso de falecimento ou invalidez permanente total ou parcial por acidente do empregado, assistência financeira a seus familiares. O capital segurado é definido em múltiplo de salário, o qual é estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho.
20. Vale refeição: Benefício concedido ao empregado para cobrir despesas com refeição. São fornecidos, mensalmente, créditos em cartão magnético, correspondente a alimentação de 22 dias de efetivo trabalho. Não é concedido nos períodos de férias e afastamentos. O valor diário é estabelecido em Acordo Coletivo e o empregado contribuir mensalmente com a quantia de R\$ 0,10.

- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: i. grupos de beneficiários; ii. condições para exercício; iii. preços de exercício; iv. prazos de exercício; v. quantidade de ações comprometidas pelo plano;

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, assim, nenhuma ação de emissão da Companhia é comprometida pelo plano de remuneração dos empregados e colaboradores.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

São realizadas de 04 (quatro) a 06 (seis) reuniões anuais com o Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia do Rio de Janeiro e Região, para negociar separadamente o reajuste referente a data base e a Participação nos lucros - PLR . As propostas são apresentadas em Assembléia dos Trabalhadores na sede do Sindicato.

As negociações são conduzidas por representantes da empresa da área de Recursos Humanos e da área Financeira e por membros do Sindicato da classe.

15. Controle

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles: **a.** nome; **b.** nacionalidade; **c.** CPF/CNPJ; **d.** quantidade de ações detidas, por classe e espécie; **e.** percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie; **f.** percentual detido em relação ao total do capital social; **g.** se participa de acordo de acionistas; **h.** se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador; **i.** data da última alteração;

Acionistas Controladores:

CEG - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO EM 26.04.2010*			Acordo de Acionistas***
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações ordinárias	Participante
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	18,90%	18,90%	9.814.982.372	Sim
GAS NATURAL INTERNACIONAL SDG S.A	05.469.380/0001-21	ESPANHA	35,26%	35,26%	18.311.534.269	Sim

Gas Natural Internacional SDG S.A - Acionistas	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO		
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações com direito a votos diretos
GAS NATURAL SDG S.A	05.469.385/0001-54	ESPANHA	100%	100%	

Gás Natural SDG S.A	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO			
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias	Quantidade ações com direito a voto direto	Quantidade ações com direito a voto indireto
CAJA DE AHORROS Y PENSIONISTAS DE BARCELONA	N/A	ESPANHA	36,43%	36,4%	200	335.786.262
GDF SUEZ	N/A	ESPANHA	6,0%	-	-	55.376.167
REPSOL YPF S.A. (HOLDING)	N/A	ESPANHA	30,0%	30,0%	217.376.260	59.255.920

Caja de Ahorros y Pensionistas de Barcelona	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO		
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias	Quantidade ações com direito a voto direto
CRITERIA CAIXA CORP S.A	N/A	ESPANHA	36,43%	36,4%	335.786.262

GDF SUEZ	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO		
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias	Quantidade ações com direito a voto direto
GENFINA S/A	N/A	ESPANHA	6,0%	6,0%	55.376.167

Repsol YPF S/A (Holding)	CNPJ	PAÍS	POSIÇÃO		
Grupo de Controle			% Capital Social	% Ações Ordinárias**	Quantidade ações com direito a voto direto
REPSOL PETROLEO S/A	N/A	ESPANHA	4,8%	4,8%	44.121.920
REPSOL EXPLORACION S/A	N/A	ESPANHA	1,6%	1,6%	15.134.000

15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1: **a.** nome; **b.** nacionalidade; **c.** CPF/CNPJ; **d.** quantidade de ações detidas, por classe e espécie; **e.** percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie e em relação ao total do capital social; **f.** se participa de acordo de acionistas; **g.** data da última alteração:

Não há acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações.

15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

a. número de acionistas pessoas físicas

69

b. número de acionistas pessoas jurídicas

14

c. número de investidores institucionais

4

d. número de ações em circulação, por classe e espécie

Todas as ações da companhia são ordinárias, e estão em circulação 123.649.787, que corresponde a 0,238101% das ações da Companhia.

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2

Não informado

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR,
GEC PARTICIPAÇÕES LTDA,
GAS NATURAL SDG S/A,
IBERDROLA INVESTIMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA e
PLUSPETROL ENERGY S/A
com interveniência da COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG.

b. data de celebração

27 de abril de 2000

c. prazo de vigência

O Acordo vigorará durante o tempo em que a BNDESPAR mantiver a qualidade de acionista, com participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social, obrigando os signatários, seus herdeiros e sucessores.

O número de membros do Conselho de Administração que a BNDESPAR tem o direito de indicar, nos termos do Acordo, será reduzido proporcionalmente a qualquer redução de sua participação na EMPRESA de forma que a BNDESPAR terá o direito de indicar tantos membros para o Conselho de Administração, até o máximo de 03 (três), quantos teria o direito de eleger caso fosse adotado o procedimento de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei 6.404/76.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As partes se comprometeram a exercer o seu direito de voto de modo a assegurar a eleição de 03 (três) membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR, ficando desde já acordado que os indicados deverão ser membros do quadro funcional ou diretivo do Sistema BNDES e/ou funcionários da administração pública direta da União Federal.

As partes se comprometeram a requerer a instalação do Conselho Fiscal, bem como exercer o seu direito de voto, de modo a assegurar a eleição de 01 (um) membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente indicado pela BNDESPAR.

Ficou estabelecido que somente os membros efetivos, titulares ou suplentes, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, tem direito de voto nas respectivas reuniões e assinarão as respectivas atas.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Observar a informação constante do item (d) acima, a respeito do exercício ao direito de voto.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Não há cláusulas relativas à transferência de ações ou preferências, inclusive ficando expressamente apontado no acordo que não recai sobre as ações da BNDESPAR qualquer direito de preferência ou gravame.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas restritivas, devendo-se observar a informação constante do item (c) acima, a respeito do prazo de vigência do acordo de acionistas, que está vinculado à participação acionária do BNDESPAR.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos três exercícios e nem no exercício findo em 31/12/2009.

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Para a contratação entre partes relacionadas que envolvam a Companhia, é necessária a apreciação e aprovação dos termos do contrato e/ou avaliação do negócio pelo Conselho de Administração da Companhia, devendo a proposta ser feita pela Diretoria da Companhia em Reunião do Conselho de Administração.

Além do controle dos contratos realizados entre partes relacionadas que é feito pela Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, cada área diretamente afetada / interessada na operacionalização do contrato fica responsável pelo seu acompanhamento e controle.

16.2. Informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente: a. nome das partes relacionadas; b. relação das partes com o emissor; c. data da transação; d. objeto do contrato; e. montante envolvido no negócio; f. saldo existente; g. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir; h. garantias e seguros relacionados; i. duração; j. condições de rescisão ou extinção; k. quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda: (i) natureza e razões para a operação; (ii) taxa de juros cobrada.

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

No item 16.2 deste Formulário de Referência, não foram individualizadas transações, contudo a Companhia entende necessário destacar que:

- (i) as transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, são realizadas dentro dos mesmos parâmetros que teriam sido contratadas com partes não relacionadas. Para tanto, a empresa observa os valores praticados no mercado, bem como os serviços que são oferecidos;
- (ii) muitas vezes são obtidas melhores condições comerciais ou financeiras (quanto à forma de pagamento e/ou, prazo) nas transações realizadas entre empresas que estejam sob o controle comum, ou com o controlador, justamente tendo em conta uma política do grupo controlador de aplicar em todos os países nos quais mantém operações, as mesmas regras de controle e sistemas, visando a troca de experiências, o aprimoramento de serviços e de produtos, tendo em conta as distintas realidades vividas em cada país onde mantém operações;
- (iii) além disso, garante o objetivo de assegurar a mesma qualidade e eficiência dos serviços prestados todos os países em que mantém operações, por meio da utilização dos mesmos sistemas e controles, melhorando a eficiência da prestação dos serviços do grupo;
- (iv) as condições verificadas nas transações são sempre comutativas, tendo em vista a própria obrigação de cumprir as normas legais dos países onde o grupo mantém suas operações e do país de sua sede, sendo certo que, cada contrato deve ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, ao exercer o controle e fiscalização sobre os atos da administração (diretoria), exigem que os requisitos relativos a comutatividade e ao tratamento de conflitos de interesses sejam atendidos, caso a caso.

17. Capital social

17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social: **a.** capital emitido, separado por classe e espécie; **b.** capital subscrito, separado por classe e espécie; **c.** capital integralizado, separado por classe e espécie; **d.** prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie; **e.** capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização; **f.** títulos conversíveis em ações; **g.** condições para conversão:

Capital social	Tipo e Classe de ações: Ordinárias
a. capital emitido	341.786.408,79
b. capital subscrito	341.786.408,79
c. capital integralizado	341.786.408,79
d. prazo para integralização do capital ainda não integralizado	n/a
e. capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização	n/a
f. títulos conversíveis em ações	Não há
g. condições para conversão	Não há

A Companhia possui 51.927.546.473 ações, todas ordinárias, e seu Capital Social corresponde a R\$ 341.786.408,73 (trezentos e quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos).

17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar:

Nos últimos três últimos exercícios sociais a companhia aumentou seu capital social sem a emissão de novas ações, como a seguir destacado:

Em 2010 foi aprovado o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 77.335.881,50 (setenta e sete milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), nos termos do art. 199 da Lei das S.A, sem a emissão de novas ações. Em consequência, foi aprovada a alteração da expressão monetária do capital social constante no art. 4º do Estatuto Social, cujo valor passa a ser de R\$ 341.786.408,79 (trezentos e quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oito reais e setenta e nove centavos), mantendo-se os percentuais de participação acionária de cada um dos acionistas. Anteriormente, ao aumento, o capital social da Companhia correspondia a R\$ 264.450.527,29 (duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos).

Em 2009 foi aprovado o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 35.650.015,45 (trinta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil, e quinze reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do art. 199 da Lei das S.A, sem a emissão de novas ações. Em consequência, foi aprovada a alteração da expressão monetária do Capital Social constante no art. 4º do Estatuto Social, cujo valor passa a ser de 264.450.527.29 (duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e nove centavos), mantendo-se os percentuais de participação acionária de cada um dos acionistas. Anteriormente, ao aumento, o capital social da Companhia correspondia a R\$ 228.800.511,84 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos mil, quinhentos e onze reais e oitenta e quatro centavos).

Em 2008 Foi aprovado o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 33.286.882,16 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), nos termos do art. 199 da Lei das S.A, sem a emissão de novas ações. Em consequência, foi aprovada a alteração da expressão monetária do Capital Social constante no art. 4º do Estatuto Social, cujo valor passa a ser de R\$ 228.800.511,84 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos mil, quinhentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), mantendo-se os percentuais de participação acionária de cada um dos acionistas. Anteriormente, ao aumento, o capital social da Companhia correspondia a R\$ 264.450.527,29 (duzentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos).

Em 2007 foi aprovado o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das reservas de expansão, no montante de R\$ 15.269.797,79 (quinze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), nos termos do art. 199 da Lei das S.A, sem a emissão de novas ações. Em consequência, foi aprovada a alteração da expressão monetária do Capital Social constante no art. 4º do Estatuto Social, cujo valor passa a ser de R\$ 195.513.629,68 (cento e noventa e cinco milhões, quinhentos e treze mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos), mantendo-se os percentuais de participação acionária de cada um dos acionistas. Anteriormente, ao aumento, o capital social da Companhia correspondia a R\$ 180.243.831,89 (cento e oitenta milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos).

Aumentos de Capital	2010	2009	2008	2007
a. data da deliberação	26/04/2010	28/04/2009	30/04/2008	20/04/2007
b. órgão que deliberou o aumento	AGE	AGE	AGE	AGE
c. data da emissão	sem emissão de ações			
d. valor total do aumento	77.335.881,50	35.650.015,45	15.269.797,79	15.269.797,79
e. quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie	n/a	n/a	n/a	n/a
f. preço de emissão	n/a	n/a	n/a	n/a
g. forma de integralização:	n/a	n/a	n/a	n/a
i. dinheiro	n/a	n/a	n/a	n/a
ii. se bens, descrição dos bens	n/a	n/a	n/a	n/a
iii. se direitos, descrição dos direitos	n/a	n/a	n/a	n/a
h. critério utilizado para determinação do valor de emissão (art.170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976)	n/a	n/a	n/a	n/a
i. indicação se a subscrição foi particular ou pública	n/a	n/a	n/a	n/a
j. percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital	29,24%	15,58%	13,48%	8,47%

CA - Conselho de administração
AGE - Assembléia Geral Extraordinária
n/a - não se aplica

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela: a. data da deliberação; b. quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie; c. quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie;

Não houve nenhum dos eventos descritos acima nos últimos três exercícios.

17.4. Em relação às reduções de capital do emissor, indicar: a. data da deliberação; b. data da redução; c. valor total da redução; d. quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie; e. valor restituído por ação; f. forma de restituição: (i) dinheiro; (ii) se em bens, descrição dos bens ; (iii) se em direitos, descrição dos direitos; g. percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital; h. razão para a redução;

Não houve redução do capital nos últimos 03 exercícios

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

18. Valores mobiliários

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida: a. direito a dividendos; b. direito de voto; c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social; d. direitos no reembolso de capital; e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle; f. restrições à circulação; g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; h. outras características relevantes

A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, não havendo previsão estatutária divergente da legislação societária.

- i. emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens "a" a "i" e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, pois a Companhia não é emissora estrangeira.

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto aos acionistas, contudo, para a aprovação de determinados temas é adotado quorum qualificado, conforme a seguir identificado:

TEMA	PREVISÃO LEGAL
Eleger ou destituir o Presidente do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, §1º e § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros do Conselho de Administração	Art. 141§1º da Lei S/A e Art. 13, § 5º do Estatuto
Eleger ou destituir os Membros Conselho Fiscal	Art. 132, III da Lei S/A
Reformar o Estatuto Social	Art. 122, I Lei S/A
Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia	Art. 122, II Lei S/A
Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas	Art. 122, III Lei S/A
Autorizar a Emissão de Debêntures	Art. 122, IV Lei S/A
Suspender o exercício dos direitos do acionista	Art. 122, V Lei S/A
Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social	Art. 122, VI Lei S/A
Autorizar a Emissão de Partes Beneficiárias	Art. 122, VII e 136 VIII e X Lei S/A
Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, e cisão da Companhia, sua dissolução e I liquidação, eleger liquidantes e julgar-lhes contas	Art. 122, VIII e 136 IV e IX Lei S/A
Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata	Art. 122, IX Lei S/A
Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido	Art. 132, II da Lei S/A
Deliberar sobre a distribuição de Dividendos	Art. 132, II da Lei S/A
Criação de ações preferenciais, aumento de classes, alterações nas preferências, nas vantagens, nas regras de resgate ou amortização de ações preferenciais; redução do dividendo obrigatório; participação em grupo de sociedades. Mudança no objeto social, cessação do estado de liquidação	Art. 136 I a X Lei S/A

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social	31/12/2008								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	304.743	40,00	27,00	R\$ por Lote de Mil
30/06/2009	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	320.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2009	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	100.499	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2009	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.000	40,00	40,00	R\$ por Lote de Mil
Exercício social	31/12/2008								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.307	24,00	22,50	R\$ por Lote de Mil
30/06/2008	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	121.306	28,00	24,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2008	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2008	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	90.750	27,50	27,50	R\$ por Unidade
Exercício social	31/12/2007								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2007	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	160.594	23,00	22,45	R\$ por Unidade
30/06/2007	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.157	38,08	30,00	R\$ por Lote de Mil
30/09/2007	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Lote de Mil
31/12/2007	Ações	Ordinária	Balcão Organizado	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	252.987	23,10	22,00	R\$ por Unidade

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando: **a.** identificação do valor mobiliário; **b.** quantidade; **c.** valor; **d.** data de emissão; **e.** restrições à circulação; **f.** conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: **(i)** condições; **(ii)** efeitos sobre o capital social; **g.** possibilidade de resgate, indicando: **(i)** hipóteses de resgate; **(ii)** fórmula de cálculo do valor de resgate; **h.** quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável: **(i)** vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; **(ii)** juros; **(iii)** garantia e, se real, descrição do bem objeto; **(iv)** na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; **(v)** eventuais restrições impostas ao emissor em relação: **#** à distribuição de dividendos; **#** à alienação de determinados ativos; **#** à contratação de novas dívidas; **#** à emissão de novos valores mobiliários.

Não foram emitidos, pela Companhia, outros valores mobiliários que não sejam ações.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

As ações ordinária da Companhia são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: **a.** país; **b.** mercado; **c.** entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; **d.** data de admissão à negociação; **e.** se houver, indicar o segmento de negociação; **f.** data de início de listagem no segmento de negociação; **g.** percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; **h.** se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; **i.** se houver, banco depositário; **j.** se houver, instituição custodiante;

Não há emissão de valores mobiliários, pela Companhia, para negociação em mercados estrangeiros.

Conforme destacado no item 18.06 do Formulário de Referência, as ações da Companhia, todas ordinárias, são negociadas somente no mercado tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no exercício social findo em 31/12/2009 e nem nos três últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas, sendo a única companhia de capital aberto integrante do grupo de empresas que estão submetidas ao mesmo controle acionário.

Os acionistas controladores da Companhia não possuem valores mobiliários admitidos à negociação em mercado Brasileiro.

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia no exercício social findo em 31/12/2009 e nem nos três últimos exercícios sociais.

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

19. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

19.1. Em relação aos planos de recompra de ações do emissor, fornecer as seguintes informações: **a.** datas das deliberações que aprovaram os planos de recompra; **b.** em relação a cada plano, indicar: **(i)** quantidade de ações previstas, separadas por classe e espécie; **(ii)** percentual em relação ao total de ações em circulação, separadas por classe e espécie; **(iii)** período de recompra; **(iv)** período de recompra; **(v)** outras características importantes; **(vi)** quantidade de ações adquiridas, separadas por classe e espécie; **(vii)** preço médio ponderado de aquisição, separadas por classe e espécie; **(viii)** percentual de ações adquiridas em relação ao total aprovado.

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2. Em relação à movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição do que segue: **a.** saldo inicial; **b.** aquisições; **c.** alienações; **d.** cancelamentos; **e.** saldo final.

A Companhia não possui valores mantidos em tesouraria.

19.3. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social, indicar, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie: **a.** quantidade; **b.** preço médio ponderado de aquisição; **c.** data de aquisição; **d.** percentual em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie.

A Companhia não possui valores mantidos em tesouraria.

19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes.

20. Política de negociação de valores mobiliários

20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando: a. data de aprovação; b. pessoas vinculadas; c. principais características; d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários.

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

21. Política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Diretoria Econômico Financeira e de Relações com Investidores é pautada em um Procedimento interno da Companhia (denominado REL.INV-01-BRA. Ver. 1/08.2009) no qual são definidas as suas funções e responsabilidades, dentre elas o relacionamento com o mercado, com os acionistas e com os órgãos reguladores.

De acordo com o mesmo documento, essa Diretoria conta com o suporte da Diretoria de Assuntos Jurídicos da companhia, certificando-se que todas as obrigações legais sejam corretamente e tempestivamente cumpridas.

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Transcrever as informações do documento de política de divulgação que consta na CVM enviada em 31/07/2002.

IV. DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

4.1. Compete ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação e a comunicação à CVM e às Bolsas de Valores de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, de forma simultânea, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos a negociação.

4.2. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar ao Diretor de Relações com Investidores, para que este proceda de acordo com o disposto no presente instrumento, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tiverem conhecimento em razão do exercício de suas funções na Companhia.

4.3. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

4.3.1. Na hipótese de ser imperativa a divulgação de Ato ou Fato Relevante durante o horário de funcionamento das Bolsas de Valores, o Diretor de Relação com Investidores poderá, no momento da divulgação, solicitar a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários nas referidas entidades.

4.4. A divulgação referida no item 4.1. poderá ser realizada:

(a) por meio de publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a mais ampla divulgação; ou

(b) de forma resumida, sendo que, neste caso, deverá ser indicado o endereço na rede mundial de computadores - *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor idêntico ao remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

4.5. Qualquer Ato ou Fato Relevante que vier a ser divulgado por representante da Companhia através de qualquer meio de comunicação, inclusive em reuniões com analistas de mercado, investidores ou com público selecionado, deverá ser simultaneamente comunicado à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

4.6. As Pessoas Vinculadas que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante somente se eximirão de suas responsabilidades pessoais se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

4.7. A divulgação de informações em operações de oferta pública de Valores Mobiliários e em operação de alienação de controle acionário da Companhia deverá observar o disposto nos artigos 10 e 12 da Instrução CVM n° 358/02.

V. EXCEÇÃO À IMEDIATA DIVULGAÇÃO

5.1. Os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia.

5.2. Caso a informação relativa aos Atos ou Fatos Relevantes referida no item anterior escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade dos Valores Mobiliários negociados, tais Atos ou Fatos Relevantes devem ser imediatamente divulgados, diretamente pelos acionistas controladores ou os administradores, ou através do Diretor de Relações com Investidores.

VI. DA MANUTENÇÃO DE SIGILO

6.1. As Pessoas Vinculadas têm o dever de guardar sigilo sobre as Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como o dever de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

6.2. As Pessoas Vinculadas deverão fazer com que pessoas que venham a prestar serviços à Companhia, incluindo auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, observem o disposto no item 6.1.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor de Relações com Investidores (de acordo com a política de divulgação aprovada em 17/07/2002) e Diretor Presidente da Companhia (de acordo com os poderes estatutários fixados no art. 16, § 5º do Estatuto da Companhia)

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes

22. Negócios extraordinários

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor nos últimos três exercícios.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram realizados contratos relevantes não diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

A companhia não possui empresas controladas.

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.